

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ronaldo Florido de Oliveira

O papel dos pesqueiros no cotidiano da cidade de São Paulo e
na conservação do espaço geográfico

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ronaldo Florido de Oliveira

O papel dos pesqueiros no cotidiano da cidade de São Paulo e
na conservação do espaço geográfico

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de MESTRE em Geografia pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação da Prof.^a Doutora Vilma Alves
Campanha.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

**À minha Mãe Esperança, que
me guia, mesmo não estando entre nós**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por tudo que me foi concedido, e pela crença de que está sempre ao meu lado.

Agradeço a Nossa Senhora de Aparecida, pelo voto de confiança.

Um agradecimento especial em memória da minha mãe Esperança Florido de Oliveira, que apesar da falta que me faz, sempre esteve presente em minha vida.

Agradeço ao meu pai Darcy Gomes de Oliveira, que contribuiu muito para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos meus amados filhos Catharine, Eros e Ana Julia, que optaram por estar ao meu lado em um momento muito difícil de nossas vidas, e me deram a coragem que precisava para conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus irmãos Robson e Rodolfo, e as minhas irmãs Edite, Adacir e em especial a Soraia, que cuidou dos meus filhos, durante os momentos que tive que me dedicar a pesquisa.

Agradeço a minha querida orientadora, Professora Doutora Vilma Alves Campanha, que foi além da orientação, sendo também, amiga, conselheira, estimuladora e acreditando neste projeto desde seu início.

Ao Professor Doutor Edson Cabral, que durante a Orientação Geral, forneceu informações preciosas para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Professor Doutor Carlos Alberto Bistrichi, pelas suas valiosas aulas na disciplina de Seminário de Pesquisa.

Agradeço ao Professor Doutor Douglas Santos, por todo conhecimento transmitido em suas aulas.

Agradeço ao Professor Jorge Luiz Barcellos da Silva, por suas ricas aulas ministradas na disciplina sobre Teoria e Método.

Um imenso agradecimento a minha namorada e amiga Thaís Guimarães Rodrigues, por me incentivar e participar de maneira decisiva na conclusão desta dissertação, pois desprendeu de tempo e paciência para estar ao meu lado sempre que foi preciso.

Agradeço ao amigo e companheiro de luta e trabalho João Galvino, que sempre que possível, contribuiu com sugestões de grande relevância.

Agradeço a CAPES, pela bolsa concedida, pois sem ela certamente não teria concluído esta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os amigos, colegas de trabalho e parentes que juntos foram imprescindíveis para que meu objetivo fosse alcançado.

O meu muito obrigado a todos.

Ronaldo Florido de Oliveira. O papel dos pesqueiros no cotidiano da cidade de São Paulo e na conservação do espaço geográfico.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo pesquisar o papel dos pesqueiros no cotidiano da Cidade de São Paulo, sob a perspectiva da conservação da paisagem geográfica em um modelo produtivo e sustentável de ocupação do solo e dos recursos naturais, no tempo atual e histórico da pesca urbana. Neste sentido, o estudo de estabelecimentos do tipo “pesque-pague”, que foram criados em sítios localizados no entorno da metrópole paulista, teve por finalidade, a obtenção de dados que possibilitou uma análise do espaço geográfico, a fim de propor a criação de projetos que permitam um novo uso de áreas públicas e privadas, e que estejam voltados à melhoria da qualidade ambiental nos centros urbanos. Para tanto, os dados pesquisados foram sistematizados de maneira quantitativa e qualitativa em gráficos e tabelas, o que garantiu uma apreciação detalhada dos estabelecimentos pesquisados e de seus proprietários e frequentadores, permitindo concluir que esses pesqueiros passaram a ser uma alternativa viável para a refuncionalização e a conservação de espaços urbanos e rurais, tanto em áreas públicas, como em áreas particulares.

Palavras-chaves: pesque-pague, conservação da paisagem, impacto ambiental, pesca urbana, pesqueiro.

Ronaldo Florido de Oliveira. The paper of the fishing boats in the daily one of the city of São Paulo and in the conservation of the geographic space.

ABSTRACT

This dissertation had for objective to search the paper of the fishing in the daily one of the City of São Paulo, under the perspective of the conservation of the landscape geographic in a productive model and sustainable of occupation of the ground and the natural resources, in the current and historical time of the fishing urban. In this direction, the study of establishments of the type “feefishing”, that they had been created in small farms located in surroundings of the São Paulo metropolis, have for purpose, the attainment of data that make possible an analysis of the geographic space, in order to consider the creation of projects that they allow a new use of public and private areas, and that they are come back to the improvement of the ambient quality in the urban centers. For in such a way, data searched had been systemize of way quantitative and qualitative in graphs and tables, what appreciation guaranteed detailed of establishments searched and of its proprietors and frequentadores, what allowing to conclude that these feefishing had started to be a viable alternative for refuncionalização and conservation of urban and agricultural spaces, as much in public areas, as in particular areas.

Keywords: feefishing, landscape conservation, environmental impact, urban fishing, fishing boat.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização dos pesqueiros estudados	42
FIGURA 2	Vista da aplicação de um questionário, no Pesqueiro Matsumura.	45
FIGURA 3	Dados sobre os pesqueiros pesquisados	46
FIGURA 4	Vista do Pesqueiro Recanto do Pescador. Destaque para a cobertura vegetal arbórea, parcialmente conservada.....	47
FIGURA 5	Vista do Pesqueiro do Pastor. Mostrando em primeiro plano quiosques como infraestrutura de apoio aos pescadores.....	48
FIGURA 6	Vista do Pesqueiro do Gordo. Em primeiro plano lago principal, ao fundo parte da infraestrutura de apoio	49
FIGURA 7	Vista do Pesqueiro Aquário. Destaque para a mata secundária ...	50
FIGURA 8	Vista do Pesqueiro Vegas. Destaque para seu lago principal.....	51
FIGURA 9	Vista do Pesqueiro do Carmo.....	52
FIGURA 10	Vista do Pesqueiro Pantanal. Destaque para a mata ciliar	53
FIGURA 11	Vista do Pesqueiro Itaim. Destaque para a extensiva urbanização	54
FIGURA 12	Vista do Pesqueiro Matsumura. Destaque para a mata nativa	55
FIGURA 13	Vista do Pesqueiro Aquarium. Destaque da boa infraestrutura oferecida aos pescadores.....	56

FIGURA 14	Vista do Pesqueiro Az de Ouro, em primeiro plano o lago principal, ao fundo vegetação nativa conservada	57
FIGURA 15	Vista do Pesqueiro Cantareira. Destaque para vegetação arbórea do entorno do lago.....	58
FIGURA 16	Tamanho Médio dos Pesqueiros	60
FIGURA 17	Número de lagos para a prática da pesca	61
FIGURA 18	Fonte de água para abastecimento dos lagos	62
FIGURA 19	Informações relacionadas à conservação da paisagem, por meio da presença de vegetação ou ausência da mesma	63
FIGURA 20	Número médio de frequentadores nos pesqueiros	64
FIGURA 21	Faixas etárias dos frequentadores	65
FIGURA 22	Distribuição dos frequentadores por sexo	66
FIGURA 23	Origem mais comum dos frequentadores	67
FIGURA 24	Distribuição dos frequentadores por situação funcional e preferência de companhia	68
FIGURA 25	Tempo médio de permanência nos pesqueiros	69
FIGURA 26	Valor médio despendido nos pesqueiros por pescador	70
FIGURA 27	Vegetação no entorno do lago do Pesqueiro do Pastor	74
FIGURA 28	Cava resultante da mineração, transformada em pesqueiro, no Município de Tremembé, SP	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	17
2.1 Geral	17
2.2 Específicos	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4 REFERENCIAL TEÓRICO	20
4.1 Espaço geográfico	20
4.2 Território	28
4.3 Paisagem	32
4.4 Lugar	34
5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	36
5.1 Pesquisas Bibliográficas	36
5.2 O papel dos órgãos públicos na regulamentação e funcionamento dos pesqueiros	39
5.3 Seleção e localização dos pesqueiros	40
5.4 Elaboração dos questionários	43

5.5 Aplicação dos questionários	43
5.6 Sistematização dos dados das áreas pesquisadas:	
avaliação crítica preliminar e descrição física.....	45
5.6.1 Pesqueiro Recanto do Pescador	47
5.6.2 Pesqueiro do Pastor.....	48
5.6.3 Pesqueiro do Gordo	49
5.6.4 Pesqueiro Aquário	50
5.6.5 Pesqueiro Vegas	51
5.6.6 Pesqueiro do Carmo	52
5.6.7 Pesqueiro Pantanal	53
5.6.8 Pesqueiro Itaim	54
5.6.9 Pesqueiro Matsumura	55
5.6.10 Pesqueiro Aquarium	56
5.6.11 Pesqueiro Az de Ouro	57
5.6.12 Pesqueiro Cantareira	58
6 RESULTADOS OBTIDOS	59
6.1 Tamanho Médio dos Pesqueiros	59

6.2 Número de lagos para a prática da pesca	60
6.3 Fonte de abastecimento de água nos pesqueiros	61
6.4 Os pesqueiros e a conservação da paisagem	62
6.5 Frequentadores dos pesqueiros – perfil socioeconômico	63
7 OS PESQUEIROS COMO FORMA ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DE GERAÇÃO DE RENDA	72
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
ANEXOS	80
Anexo 1	81
Anexo 2	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa materializa o estudo sobre o papel dos pesqueiros no cotidiano da cidade de São Paulo e na conservação do espaço geográfico, como exigência para obtenção do título de mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

O tema abordado se materializou em um estudo sobre os pesqueiros do tipo pesque - pague localizados na cidade de São Paulo, sob a perspectiva da responsabilidade socioambiental, no tempo atual e histórico da pesca urbana.

Os dados obtidos possibilitaram uma análise do espaço geográfico, em particular, de áreas anteriormente utilizadas por atividades convencionais, presente em sítios e chácaras como, por exemplo, a agricultura e a pecuária extensiva, além das áreas de extração de minério, e que atualmente vem sendo transformadas em estabelecimentos denominados “Pesque-Pague” para realização da prática da pesca esportiva e suas modalidades.

Essas paisagens, que eram de uso restrito, hoje se tornaram lugares de uso público e permitem um novo olhar voltado à conservação.

Com isso, esses espaços passam a representar uma alternativa de lazer e interação do homem com a natureza, além de possibilitar o resgate dos costumes e hábitos da população rural em um ambiente urbano.

Para tanto, propõe-se uma discussão mais aprofundada do tema em projetos de urbanização e refuncionalização dos espaços urbanos e rurais, tanto em áreas públicas, como em áreas privadas.

Este trabalho se justifica por defrontar os conhecimentos práticos com um dos principais desafios contemporâneos, que é melhorar a compreensão das complexas interações entre humanidade e biosfera, mais especificamente nas questões urbanas.

O conflito existente entre o crescimento urbano e o equilíbrio ambiental nas grandes metrópoles é tema de debate em diversos fóruns mundiais. Entretanto, as análises e experiências derivadas dessas discussões, não têm se materializado em práticas efetivas para a busca de um equilíbrio das atividades humanas em relação

ao ambiente cultural urbano e as áreas verdes remanescentes nas grandes metrópoles.

Para que essa relação degradante do homem com o meio ambiente mude, é necessário um conjunto de políticas voltadas às questões ambientais, iniciando-se por todas as instituições públicas e privadas, afim de que essas questões da natureza, historicamente negligenciadas, sejam superadas e as cidades possam oferecer uma qualidade ambiental adequada aos seus habitantes.

A superação do modelo atual está longe de apresentar resultados plausíveis, mas as novas configurações das cidades se constituem em grandes paradoxos.

Por um lado, o progresso traz novas tecnologias e muitos problemas socioambientais, transformando radicalmente a paisagem urbana, pela forma do consumo e produção de bens e serviços. Por outro lado, percebe-se em ações cada vez mais frequentes o respeito à natureza em ambientes onde o uso de novas tecnologias não é agregado, apontando para outras possibilidades de gestão do território.

Tal situação deve ser incentivada, e, sobretudo, ser fonte de inspiração para o desenvolvimento da gestão ambiental e conservação de ecossistemas, como a implementação de pesqueiros e suas modalidades intimamente relacionadas sem maiores prejuízos ao meio ambiente.

Sendo assim, a pesquisa aborda questões que estão fundamentadas basicamente em três eixos que buscam problematizar o papel social dos pesqueiros: **na geração de renda, na educação ambiental e na refuncionalização dos espaços.**

Deve-se trazer para discussão, sugestões de alternativas que os pesqueiros podem adotar no cotidiano das cidades, e torná-las mais propícias à conservação da natureza e a qualidade de vida.

Dessa forma, possibilitam-se as indagações sobre a prática da pesca intrínseca, como forma de conservação de áreas remanescentes de floresta e mananciais no entorno dos grandes centros urbanos, em um processo mais abrangente de apropriação do espaço, no que tange ao lazer, à cultura e ao entretenimento.

A realização da pesquisa se deu inicialmente por meio de levantamento bibliográfico sobre o tema abordado, simultaneamente, foi realizada pesquisa em diversos órgãos públicos, para entender o funcionamento dos pesqueiros e levantar dados estatísticos e relacionados à sua regulamentação.

Em seguida, foram realizadas inúmeras incursões em campo, com aplicação de questionários, mapeamento dos locais estudados e a captura de imagens fotográficas, objetivando o levantamento de dados a fim de realizar análise comparativa e sistemática dos estabelecimentos visitados.

Os dados obtidos foram apresentados em gráficos e tabelas, e dessa maneira, foi possível, além de analisar os pesqueiros para identificação de semelhanças ou diferenças, permitiram traçar um perfil socioeconômico de seus proprietários e frequentadores.

A pesquisa realizada confronta os pesqueiros com atividades tradicionais como a agricultura e a pecuária, que também são desenvolvidas em sítios e chácaras no entorno da cidade de São Paulo, porém, não são favoráveis para conservação da paisagem, pois provocam inúmeros impactos ao meio ambiente.

Com isso, a pesquisa aponta para a perspectiva, de que os pesqueiros possam ser uma alternativa viável na refuncionalização de áreas públicas e privadas, que foram exploradas por atividades rurais, pelo crescimento urbano desordenado, ou pela extração mineral, e que com isso, sofreram profundas modificações em suas paisagens. Tendo como alternativa de recuperação dessas áreas, a criação de pesqueiros.

Estas áreas devastadas, não conseguem oferecer uma qualidade ambiental aos habitantes dos grandes centros urbanos como São Paulo.

A presente pesquisa mostra exemplos bem sucedidos de refuncionalização, por meio da criação de pesqueiros, que permitiram a recuperação de áreas anteriormente devastadas por outras atividades, e que a partir do funcionamento dos pesqueiros, interferiu de maneira positiva na paisagem.

2 OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa estão subdivididos em gerais e específicos, possibilitando assim, um melhor entendimento do tema abordado.

2.1 GERAIS

O objetivo geral da pesquisa foi o de apresentar subsídios para criação de pesqueiros em projetos de recuperação e refuncionalização dos espaços urbanos e rurais, tanto em áreas públicas, como em áreas privadas.

2.2 ESPECÍFICOS

Os principais objetivos específicos foram:

- a. entender e analisar a ocupação do espaço geográfico por pesqueiros, do tipo pesque-pague, em alguns pontos, no entorno da cidade de São Paulo;
- b. discutir a importância dos pesqueiros na relação “Homem/Natureza”;
- c. entender a ocupação do Espaço por atividades não convencionais;
- d. despertar o poder público, a iniciativa privada e a população em geral para os acontecimentos atuais, em especial, a atividade da pesca esportiva que ocorre em pesqueiros privados instalados em sítios e chácaras no entorno da Cidade de São Paulo;
- e. contribuir para mais uma possibilidade de ampliar e enriquecer o debate sobre a geografia humana na vertente da territorialidade e a intersecção profunda com a natureza.

A problematização está desmembrada em questões que foram elaboradas para se chegar aos objetivos propostos. Têm-se como ponto de partida a análise da rede constituída nos pesqueiros e a relação com as complexidades urbanas e os

problemas ambientais relacionados ao uso e ocupação do solo na cidade de São Paulo.

A que elementos culturais estão atribuídos à prática da pesca e como se justificaria a confluência de diversas relações no ambiente dos pescadores?

Como o Poder Público tem se portado, ao longo dos anos, nas autorizações de funcionamento dessa atividade econômica?

Quais as estratégias dos empresários que mudam seu ramo de atividade, e de famílias que passaram das atividades agrícolas para o setor de serviços de pesca e lazer, dando novo uso às suas propriedades?

Quais os fatores (externos e internos) circunstanciais e permanentes, que contribuíram para o crescimento do setor, a partir da década de 1990?

Como podem ser construídos pesqueiros pelo Poder Público em diversos lagos, localizados nos parques da cidade, em áreas de antigas pedreiras desativadas ou em Áreas de Proteção Ambiental – APA's - com o intuito de ampliar a interação do homem com a natureza no espaço urbano?

Estas questões serviram de ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, além de nortearem no sentido de atingir os objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os principais procedimentos metodológicos adotados são anunciados a seguir:

- a. coleta de dados e análise de documentos;
- b. visitas a órgãos e instituições governamentais com o intuito de obter dados
- c. oficiais sobre o funcionamento dos pesqueiros;
- d. levantamento de dados primários, com incursões nas áreas objeto de estudo, com o objetivo de obter informações junto aos principais atores, por meio de aplicação de questionários que pudessem identificar o perfil dos mesmos, buscando esclarecer expectativas frente à essa atividade;
- e. observação simples e incursões a campo, muitas vezes como praticante da atividade, para observar de forma espontânea o objeto de estudo;
- f. definição e delimitação do espaço geográfico objeto da presente pesquisa abrigando os locais onde estavam situados os pesqueiros, ora enfocados;
- g. apresentação dos resultados por meio de gráficos e fotos para proporcionar melhor entendimento dos mesmos;

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da situação atual dos pesqueiros, sob a ótica aqui proposta, pressupõe a necessidade de utilização de um olhar geográfico. Para materialização deste objetivo, neste item serão discutidas algumas concepções geográficas, aderentes à pesquisa realizada. Por este motivo, serão apresentadas considerações sobre os temas **espaço geográfico, território, paisagem e lugar** presentes no objeto desse estudo.

4.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

A abordagem do conceito de espaço pela filosofia e pela física é ponto de partida para a maioria dos autores que contribuíram para o estabelecimento do conceito de espaço geográfico. Na busca por um objeto particular de estudo, as construções epistemológicas em Geografia têm sido desenvolvidas no sentido de construir um conceito abrangente de espaço geográfico que compreenda a diversidade das pesquisas geográficas.

O ponto de partida da reflexão aqui apresentada, assim como o de diversos autores geógrafos que trabalharam na construção do conceito de espaço geográfico, é o trabalho de Henri Lefebvre, intitulado “*La production de l’espace*” (1974). A essência desse trabalho é a proposição do espaço social como produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, como suporte para que elas aconteçam. Lefebvre (op. cit.) trabalha com espaço social e os autores geógrafos utilizaram esse conceito para, a partir de uma interpretação geográfica, propor o conceito de espaço geográfico. Esses dois conceitos (espaço social e espaço geográfico) são elaborados a partir da compreensão dos mesmos elementos da realidade, e o que os diferencia é a forma como as relações sociais e os objetos são enfatizados.

Para Lefebvre (1974) “o espaço (social) é um produto (social)”. Esse espaço compreende as relações sociais e não pode ser resumido ao espaço físico; ele é o espaço da vida social. Sua base é a natureza ou espaço físico, o qual o homem

transforma com seu trabalho. Lefebvre (op. cit.) afirma que a natureza não produz, ela cria; somente o homem é capaz de produzir por meio do trabalho. A natureza “provê recursos para uma atividade criativa e produtiva” desempenhada pelo homem. O espaço social para Lefebvre (op. cit.) contém dois tipos de relações a partir das quais o homem interage/modifica a natureza: “1) as relações sociais de reprodução, isto é, as relações bio-psicológicas entre os sexos e entre os grupos etários, junto com a organização específica da família e 2) as relações de produção, ou seja, a divisão do trabalho e sua organização na forma de funções sociais hierárquicas” (p.32). Lefebvre (op. cit.) propõe que a produção do espaço ocorre a partir de três elementos: 1) prática social (espaço percebido pelos indivíduos); 2) representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.); e 3) espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos).

Lefebvre (1974) considera que o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço. Cada modo de produção tem como resultado uma produção espacial diferente, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento. O espaço social agrupa as coisas produzidas e envolve suas inter-relações; ele permite ações de produção e consumo. O espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações.

Segundo Lefebvre (1974), os objetos possuem formas, mas:

O trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das configurações espaços-temporais sem afetar necessariamente suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, altera sua função sem alterar sua forma. Tempo e espaço são inseparáveis [...], espaço implica em tempo e vice-versa (LEFEBVRE, 1974, p.76).

Quanto à análise do espaço social, Lefebvre (op. cit.) afirma que é “metodologicamente e teoricamente relacionada a três conceitos gerais: forma, estrutura e função” (p.147), sendo que a “análise formal e funcional não elimina a necessidade de considerar escala, dimensão e nível. Isso é tarefa da análise estrutural, a qual é relacionada com relações entre o todo e as partes, entre os níveis ‘micro’ e ‘macro’.” (p.158).

Em *Espacio y Política* Lefebvre (1974) afirma que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1974, p.34).

Em resumo, podem ser identificadas as seguintes proposições em Lefebvre (1974) que contribuem para a formulação do conceito de espaço geográfico: a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas; e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

Os geógrafos encontraram nessas proposições de Lefebvre (op. cit.) a base para a construção do conceito de espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) que permitisse a inserção e consolidação da Geografia como ciência social. Para o estabelecimento do conceito de espaço geográfico, foi necessário “geografizar” essas proposições de Lefebvre (op. cit.), ou seja, operacionalizá-las no contexto das teorias e práticas próprias da Geografia.

Santos (1997), na obra “*A natureza do espaço*”, apresenta a proposta de uma teoria geográfica do espaço que comporta elementos propostos por Lefebvre (1976), porém não se limita a eles. Santos (op. cit.) traz esses elementos para a Geografia e apresenta o conceito de espaço geográfico que foi adotado neste trabalho.

Santos (1997) propõe que o espaço geográfico é:

formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1997, p.62).

Segundo o autor, a natureza é a origem, ela provê as coisas, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem por meio da técnica.

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos (SANTOS, 1997, p.65).

Para Santos (op. cit.), a técnica é “a principal forma de relação entre o homem e a natureza” e é definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1997, p.29). O autor ainda destaca a contradição do processo de produção do espaço: “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 1997, p.33).

Santos (1997) ressalta que as técnicas não devem ser analisadas isoladamente, mas sim como um fenômeno técnico “funcionando como sistemas que marcam as diversas épocas” em que “o ‘humano’ e o não-humano’ são inseparáveis” (SANTOS, 1997, p.24).

Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção [...] como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico (SANTOS, 1997, p.37).

As técnicas são propagadas de forma desigual e implantadas de forma seletiva no espaço. Os subsistemas técnicos de diferentes períodos combinam-se nos diferentes territórios e determinam as formas de vida ali possíveis. Santos (1997) afirma:

Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução (SANTOS, 1997, p.177).

O principal a ser compreendido na noção de técnica de Milton Santos é que ela é um conjunto de “instrumentos” que a sociedade utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico; é a técnica que une os sistemas de ações e os sistemas de objetos; ela permite a relação homem-natureza e homem-homem e, desta forma, a produção do espaço geográfico.

Os objetos, que em conjunto com as ações formam o espaço geográfico, são “tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua

vida” (SANTOS, 1997, p.75). São exemplos cidades, barragens, estradas, plantações, florestas, etc. Os objetos devem existir como sistemas e não como coleções; eles são úteis aos grupos humanos, podendo ser simbólicos ou funcionais e só têm sentido se associados às ações e vice versa. A ação é um fato humano, pois depende do objetivo e da finalidade com a qual é praticada, e nisso o homem é único. “As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições” (SANTOS, 1997, p.82). As necessidades naturais ou criadas são originárias das ações, as quais levam às funções. “Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos” (SANTOS, 1997, p.83). “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 1997, p.61).

Os objetos são as formas espaciais e as ações são os conteúdos sociais. Ao alterar o espaço, a sociedade altera a si mesmo. As formas de um determinado momento do passado podem perder sua função original e passar a ter outra função no espaço. Isso é chamado por Milton Santos de rugosidade.

As rugosidades são o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [Elas] se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 1997, p.140).

A rugosidade é o espaço como acúmulo desigual de tempos (SANTOS, 1997).

Como categorias analíticas do espaço geográfico, Santos (1997) propõe “a paisagem, a configuração territorial ou configuração espacial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”. Há também a necessidade de estudar os recortes espaciais a partir de temas como o “da região e do lugar, o das redes e das escalas” (SANTOS, 1997, p.22).

A categoria configuração espacial (ou configuração territorial) torna-se muito útil nas elaborações aqui apresentadas. Ela diz respeito ao espaço-materialidade, aos sistemas de objetos “aonde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” (SANTOS, 1997, p.294). Porém, mesmo com esta

nova proposição, do espaço formado por um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, Santos (op. cit.), não abre mão da categoria configuração territorial. Talvez seja pelo motivo do termo evocar de forma mais clara os “sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e [os] acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 1997, p.62). Nesse sentido, utiliza-se a categoria configuração territorial nas proposições apresentadas como referência aos sistemas de objetos.

Santos (1997) diferencia o espaço social dos sociólogos (que é diferente do espaço social proposto por Lefebvre (1976), embora também possa ter bases na sua teoria) e o espaço geográfico. No espaço geográfico, as ações e os objetos são indissociáveis e não podem ser considerados separadamente, pois desta forma não têm sentido. O espaço social está contido no espaço geográfico. Os objetos só têm sentido a partir da ação humana, a qual resulta nos objetos e é realizada sobre eles.

Santos (1997) trabalhou para estabelecer uma teoria geográfica social crítica e por isso se dedicou principalmente às elaborações teóricas, de forma que enfatizou o resgate de conceitos, categorias e proposição de outros autores. O trabalho de Santos (op. cit.) é extremamente complexo e amplo, de forma que pode contemplar como referência teórica, grande parte da diversidade de estudos geográficos. No presente trabalho não se pretende contemplar todas as elaborações de Santos (1997) e nem desenvolver uma leitura estritamente miltoniana, diretamente atrelada aos conceitos e categorias apresentados pelo autor. O presente objetivo é utilizar a proposição essencial de espaço geográfico de Santos (1997) na condução geral de elaborações e análises aqui apresentadas.

Outro geógrafo que apresenta contribuições para o estudo do espaço geográfico é Brunet (2001). Esse autor, no mesmo sentido de Santos (1997), porém no contexto da Geografia francesa, apresenta na obra *Le déchiffrement du monde* (2001), uma proposição de estruturação conceitual e metodológica para a Geografia. Suas proposições se diferenciam por incluírem, além das reflexões teóricas, a ênfase na operacionalidade dos conceitos; ele constrói seu trabalho a partir de um exercício de elaboração teórica e demonstração, o que inclui o mapa.

Uma das principais proposições do autor é a coremática, uma proposta teórico-metodológica para a análise do espaço geográfico com a qual o autor vem trabalhando desde a década de 1980. A concepção de espaço geográfico apresentada por Brunet (2001) é semelhante àquela apresentada por Santos (1997):

o homem produz (ou cria) o espaço a partir da alteração da natureza por meio de seu trabalho. Brunet (2001) define o espaço como “produto que se torna condição de existência de seu próprio produtor”.

Para Brunet (2001) “o espaço geográfico é formado pelo conjunto de populações, por suas obras, suas relações localizadas, pelo seu meio de vida [...]. Ele não pode ser confundido com os objetos que o povoam [...]. Ele nasce com o trabalho das sociedades e só tem fim com ele”. O autor afirma que a proposta de um espaço geográfico traz como originalidade à “realidade dos lugares diferenciados, tomados no conjunto de suas relações e de suas interações, e o funcionamento de leis próprias à extensão, ao espaçamento, à distância e à gravitação”.

Para Brunet (2001) a extensão (no sentido de superfície) é indispensável para compreender o espaço porque permite a localização e a distância. A diferenciação espacial é fundamental para o autor: “O espaço geográfico é um lugar da diferença fundadora. Ele nasce da diferenciação dos lugares e de sua comunicação” (BRUNET, 2001, p.113).

O autor destaca que o espaço possui a propriedade de ser localizável por meio dos diferentes lugares, os quais são únicos. “O espaço geográfico não é nem o espaço abstrato, homogêneo, isotrópico, contínuo e infinito das teorias econômicas, nem o espaço físico (dito natural).” Ele deve ser visto “como produto, atravessado por campos de forças, constitutivamente anisotrópico e mesmo fundamentalmente dessimétrico” (BRUNET, 2001, p.15).

Brunet (2001) considera cinco domínios de ação fundamentais das sociedades no espaço: habitar (abrigar, alojar), apropriar (possuir), explorar (produzir), trocar (comunicar) e organizar (gerir). Esses domínios são encontrados em todas as sociedades (antigas e modernas) e a partir deles a sociedade produz o espaço. Para Brunet o conceito de produção do espaço não deve ser confundido com o conceito de produção no sentido econômico; deve ser entendido em seu sentido amplo, filosófico. O autor escreve que “a humanidade produz sentido, pensamento, obras e eventos da mesma forma que bens e mercadorias. Se produz também espaço” (BRUNET, 2001, p.20).

De acordo com Brunet (2001) “o espaço não é nada sem seus criadores, que são ao mesmo tempo seus usuários”; ele é produzido por um conjunto de atores que possuem interesses convergentes ou divergentes, são cooperativos ou concorrentes. Cada ator possui sua estratégia, interesse e representação na

produção do espaço. Seus objetivos se cruzam e são fontes de conflitos. Esses atores têm poderes desiguais e “uma avaliação adequada dos pesos respectivos e das interações dos atores é necessária para compreender um espaço” (BRUNET, 2001, p.59).

Seis grandes categorias de atores são listadas por Brunet: o indivíduo (e/ou a família), os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Os atores formam o sistema de atores que “mantêm trocas e tensões em dois níveis: entre atores da mesma natureza e entre atores de natureza diferente.” (BRUNET, 2001, p.53). Na produção do espaço, os sistemas de forças resultantes da interação entre os diferentes tipos de atores criam formas espaciais específicas, as quais Brunet denomina figuras geográficas. É sobre a análise dessas figuras geográficas que o autor vai estabelecer sua técnica de análise espacial - a coremática.

O conceito de espaço geográfico apresentado por Brunet (2001) é semelhante aquele proposto por SANTOS (1997). Brunet (op.cit.) apresenta elementos de análise importante às proposições aqui sugeridas, e, assim como as de Santos (op.cit.), serão utilizadas na condução das análises aqui apresentadas.

O conceito de espaço geográfico contribui para o avanço da Geografia por englobar simultaneamente o concreto e abstrato a partir de uma abordagem relacional. Esta concepção busca fundir as vertentes geográficas que compreendem o espaço estritamente como materialidade e aquelas que buscam explicações exclusivamente sociais. Como afirma Dollfus (1991, p. 32), “o espaço geográfico se faz e evolui a partir de conjuntos de relações, mas essas relações se estabelecem em um quadro concreto, aquele da superfície da Terra”. Tanto as relações sociais quanto os elementos físicos são importantes na análise geográfica do espaço. Outro aspecto importante que confere geograficidade ao conceito de espaço geográfico é a diferenciação espacial, ou seja, o espaço é formado por um conjunto de lugares diferentes, resultado de interações particulares entre objetos e relações. A compreensão das causas, características e consequências desta diferenciação é um dos principais objetivos da Geografia.

O espaço geográfico, no seu conceito amplo, requer para sua análise outros conceitos ou categorias analíticas, dos quais alguns já foram relacionados e definidos. O território é um dos conceitos que auxiliam na análise do espaço geográfico, pois é mais operacionalizável. Ele também é amplo e diverso e, em

alguns casos, muito semelhante ao conceito de espaço geográfico. Por isso, no trabalho considera-se que os conceitos de espaço geográfico e território são indissociáveis na análise geográfica. A seguir são apresentadas considerações sobre o conceito de território e a sua indissociabilidade do espaço geográfico.

4.2 TERRITÓRIO

Aqui, objetiva-se contextualizar e definir as formas de como o território é utilizado no trabalho, visto a diversidade de usos do conceito. Parte-se do princípio de que para a análise geográfica é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. A análise geográfica por meio do conceito de território pressupõe analisar o espaço a partir de relações de poder.

Diversos autores da Geografia se debruçaram sobre o conceito de território, sendo recorrente nos trabalhos a análise etimológica, das raízes filosóficas e da biologia. É consensual que o território é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países. O território deve ser estudado, tomando-se como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico; daí a indissociabilidade entre os dois. Cada autor apresenta uma visão particular de território, sendo ela influenciada pela realidade estudada, por seus objetivos e por sua concepção de espaço.

Compreende-se que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm objetivo de criar territórios, os quais são denominados sujeitos territoriais. Esses são os mesmos sujeitos apresentados por Brunet (2001): o indivíduo (e/ou a família), os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas.

O papel das redes é indispensável para o entendimento do território, como pode ser notado em Haesbaert (2006). O autor, partindo desta nova realidade na formação dos territórios, propõe a multiterritorialidade como “predominância [...] de relações sociais construídas a partir de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos” (HAESBAERT, 2006, p.338).

Para ele, a multiterritorialidade se configura pela:

possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dá por meio de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico. [...] como no ciberespaço (HAESBAERT, 2006, p.344).

Com base em Souza (2001), é possível dizer que o território-rede pode se configurar como uma rede que articula territórios-área e não possui necessariamente a característica da exclusividade.

Por não ter necessariamente a característica da exclusividade, nos territórios-redes, são mais comuns relações de poder que denotam influência. Esses territórios podem se superpor, pois a área (extensão) nem sempre é importante para todos os sujeitos territoriais; pode ser que lhes interesse a influência sobre os pontos para a elaboração de redes, ou então os outros sujeitos (a mão-de-obra, os consumidores, fiéis, eleitores etc.). Mesmo que a superfície seja importante para o território de um determinado sujeito, outros territórios poderão se estabelecer na mesma área, caso não disputem dimensões com o sujeito territorial que a domina, seja por meio da propriedade ou de outro tipo de dominação exclusiva. Esses territórios não são excludentes e, caso não haja coincidência de interesses entre eles, podem coexistir.

Souza (2001) propõe o conceito de território cíclico. Este tipo de território tem como característica a alteração dos tipos de acordo com ciclos em que uma ação ou outra seja conveniente para o sujeito territorial. Como exemplo, podemos tomar um fenômeno que ocorre na fronteira agropecuária brasileira: em períodos nos qual a viabilidade de produção de grãos não é favorável, as terras são utilizadas para criação de gado bovino, mas, assim que a primeira atividade torna-se mais lucrativa do que a pecuária, os proprietários retomam a produção de grãos.

A propriedade privada ou coletiva da terra é um território importante no presente trabalho e é expressa pela relação de dominação.

Fernandes (2007), em um trabalho que critica a visão do território como uno (como apenas território do Estado), destaca a importância da propriedade para entender o território. Para o autor, a propriedade é um território estabelecido sobre o que ele denomina primeiro território ou espaço de governança. Este primeiro território pode ser o estado, a microrregião, o município, o distrito etc. A propriedade é uma fração do espaço de governança. Esses dois territórios são interdependentes

porque as ações deflagradas em um causam impactos no outro. A interdependência é assegurada pelos princípios da multiescalaridade e da multidimensionalidade. O primeiro princípio diz que a ação deflagrada em um território em determinada escala causa impactos em todas as outras escalas. O segundo princípio estabelece que a interferência em uma dimensão do território ocasiona alterações em quase todas suas outras dimensões.

Nesse contexto, Fernandes (2007) também toma a análise territorial a partir do espaço geográfico, pois, segundo o autor, “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço” (FERNANDES, 2007, p.277). Ou seja, o território comporta todas as dimensões do espaço, mas é particular por sua delimitação.

Outra abordagem do território é a que o relaciona à área sob domínio do Estado. Esta abordagem, que talvez seja a mais utilizada, inclui as divisões administrativas/malhas estabelecidas pelos países para a gestão. Cada unidade dessas divisões pode ser tomada como um território. Essa concepção de território é comum nas ações do governo em políticas de ordenamento territorial. Também utilizam esta concepção os pesquisadores que tomam como recorte para suas análises os limites político-administrativos e enfatizam o papel do Estado na produção do espaço. Apesar das críticas a esta abordagem de território, ela é particularmente útil na análise geográfica dos países, de suas dinâmicas internas e com o exterior. Este tipo de análise pode ser visto nas obras de Santos (2002) e Brunet (2001), que adotam uma leitura particular por meio desta abordagem de território. A concepção apresentada pelos autores insere a noção de território como espaço de um país apropriado por um povo.

Os trabalhos de Roger Brunet, *Le déchiffrement du monde* (2001) e *Le développement des territoires* (2004), demonstram que o autor utiliza o conceito de território como espaço do país, ou seja, o espaço sob domínio político-administrativo do Estado. Em Brunet (2004), o território é um recorte espacial horizontal (os limites do país). A partir deste recorte, Brunet (2004) realiza uma análise espacial, ou seja, uma análise do espaço territorializado pelo Estado. O autor, apesar de utilizar o conceito de território, desenvolve toda sua análise baseando-se nas proposições apresentadas em Brunet (2001) para a compreensão do espaço. Assim, para o autor, o território é o espaço do país. Neste caso, como a análise espacial é feita a

partir da delimitação do território (limite do país), ela também pode ser feita a partir do limite das regiões ou outras divisões político-administrativas internas.

Em Brunet (2001), o autor conceitua o território “em função do sentimento de apropriação de um espaço [...]. Um povo alienado de seu espaço não tem território” (BRUNET, 2001, p.17). Ele enfatiza a diferença entre espaço e território: “a idéia de território é ao mesmo tempo mais vigorosa e mais restrita do que aquela de espaço, que a contém. O geógrafo estuda o espaço geográfico e os espaços; alguns desses são vividos como territórios. Substituir uma palavra pela outra não tem sentido” (BRUNET, 2001, p.17). Essas colocações de Brunet demonstram que para ele o território é formado a partir do espaço. Ele referencia o território à “projeção sobre um dado espaço das estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a forma de repartição e gestão do espaço, a organização deste espaço” (BRUNET, 2004, p.480). Neste sentido, ao analisar o uso do conceito de território em Brunet (2004) e a conceituação de território apresentada em Brunet (2001) pode-se dizer que o autor apresenta uma visão do conceito que considera, ao mesmo tempo, a vertente político-administrativa, ligada ao Estado, e a visão cultural de apropriação, ligada ao espaço vivido por um povo. Assim, o povo de um país se apropria do espaço sob jurisdição do seu Estado e os países são expressões desses territórios.

Santos (2001) apresenta uma concepção de território muito próxima daquela de Brunet (2001). Na obra: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, realizada conjuntamente com Silveira (2001). Ao escreverem sobre o território como espaço de um país, os autores propõem a noção de “espaço territorial”, que significa a presença de um Estado, de um espaço e de uma nação (ou mais nações). Para os autores, o território, anterior ao espaço geográfico e, portanto, a base material, “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico.”. Neste contexto, a análise se daria a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico.

De acordo com Santos e Silveira (2001) “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política.”. Santos et. al. (2001) propõem que o território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial”. O

território, da forma como utilizado pelos autores, diz respeito ao espaço do país (sistemas de ações e sistemas de objetos) e, também como em BRUNET (2001), inclui na análise tanto as dinâmicas/configurações internas do Brasil como a sua relação com outros territórios.

A abordagem do território como o espaço de um país, utilizada por Santos (2002) e Brunet (2001), possibilita um uso diferenciado do conceito de território e contribui para a análise das dinâmicas e configurações do território brasileiro. Apesar da utilidade desta abordagem para a análise geográfica, compreende-se que o conceito de território não pode ser limitado. O território é um conceito mais amplo e deve ser utilizado também de acordo com as outras abordagens apresentadas neste trabalho.

Os conceitos de espaço geográfico e território, como aqui definidos, são utilizados no trabalho como direcionadores das elaborações e análises aqui efetuadas. Do conceito de espaço geográfico, tem-se como referência a necessidade de considerar sistemas de objetos e sistemas de ações de forma indissociável em um processo contínuo, pelo qual a sociedade transforma a natureza, construindo e reconstruindo o espaço por meio do seu trabalho. Esta concepção leva a pensar na interação entre as forças criadoras; os sujeitos sociais que, por meio de suas estratégias, influenciam a produção do espaço. Daí surge o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade. Neste sentido, como poderá ser observado adiante, espaço geográfico e território são fundamentais para se entender a ocupação do espaço por pescueiros e para a análise da questão agrária, já que em ambos os casos o que está em questão é o espaço/território.

4.3 PAISAGEM

De uma perspectiva clássica, os geógrafos perceberam a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem atrelava-se à possibilidade visual.

Não obstante, é importante frisar que geógrafos também consideraram paisagem para além da forma. Troll (1997), ao referir-se à paisagem, concebia-a como o conjunto das interações homem e meio. Tal conjunto, para o autor,

apresentava-se sob dupla possibilidade de análise: a da forma (configuração) e da funcionalidade (interação de geofatores incluindo a economia e a cultura humana). Para ele, paisagem é algo além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Assim, a paisagem deveria ser "estudada na sua morfologia, estrutura e divisão, além da ecologia da paisagem, nível máximo de interação entre os diferentes elementos". Esta análise, em sua visão, poderia ser de ordem exclusivamente natural ou de ordem humana.

Bertrand (1972), ao propor o estudo de Geografia Física Global, pensou a paisagem como:

resultado sobre uma certa porção do espaço, da combinação dinâmica e, portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que interagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em contínua evolução (BERTRAND, 1972, p. 249).

Contemporaneamente, Santos (1997) concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma.

Nesse sentido, considera paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos). Para Santos (1997):

Paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza". "Ou ainda, A paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos (SANTOS, 1997, p. 63).

Nessa perspectiva, diferencia-se paisagem de espaço: paisagem é "transtemporal" juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal juntando objetos. Espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Ou ainda, paisagem é um sistema material, nessa condição, relativamente imutável, e espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.

Do ponto de vista aqui apresentado, percebe-se a paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais, socioeconomicos e culturais. Ao se optar pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, pode-se concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma–funcionalidade como uma

relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social.

Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza modificada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural.

4.4 LUGAR

O lugar é outro conceito que foi utilizado no presente trabalho, e que deve ser entendido de maneira mais abrangente e não como a expressão do espaço geográfico na escala local. Por muito tempo, a Geografia tratou o lugar nesta perspectiva e considerou-o como único e auto-explicável.

Recentemente, o lugar é resgatado na Geografia como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente.

Para Santos (1997), lugar constitui a dimensão da existência e:

é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1997, p. 322).

Trata-se de um conceito que remete a reflexão da relação do Homem com o mundo. Para Santos (1997), esta relação era local-local agora é local-global.

O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão, a da existência "pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (SANTOS, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. Isto implica em compreender o lugar por meio de necessidades humanas existenciais como: localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se esta perspectiva com a corporeidade humana e, a partir dela, o estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leva em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

É nesta perspectiva que Santos (1997) se refere ao lugar, dizendo:

no lugar, nosso próximo, se superpõe, dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (SANTOS, 1997, p. 45).

Resulta daqui sua visão de mundo vivido local–global. Para Santos (1997), o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Daí a força do **lugar** no contexto atual da Geografia.

5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas as seguintes atividades:

- a. pesquisa bibliográfica sobre o objeto a ser pesquisado;
- b. reconhecimento do papel dos órgãos públicos na regulamentação e funcionamento dos pesqueiros;
- c. seleção das áreas que foram estudadas como objeto da presente pesquisa;
- d. construção de um questionário a ser aplicado nas áreas enfocadas;
- e. aplicação dos questionários;
- f. sistematização dos dados das áreas pesquisadas;
- g. elaboração de proposições finais.

A seguir os itens apresentados serão discriminados.

5.1 PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, no Brasil o mercado da pesca amadora cresce a uma taxa de 30% ao ano, gerando diversos empregos diretos e indiretos. Cerca de 200 mil pescadores estão devidamente autorizados a praticarem a atividade, porém a estimativa é de que existam mais de um milhão de pescadores amadores no país.

De acordo com dados do Instituto da Pesca de São Paulo, existem atualmente, cerca de 1.500 pesque – pague no Estado, sendo que deste total, aproximadamente, 1.000 encontram-se cadastrados e regularizados e o restante apresenta alguma pendência na regularização, ou simplesmente funciona de maneira irregular.

A pesca propiciou o desenvolvimento de um negócio legitimamente brasileiro: os pesqueiros, em suas várias modalidades (pesque-pague, pague-pesque e

pesque-solte), que absorvem mão-de-obra de baixa qualificação, geram, atualmente, em torno de 12.000 empregos diretos nesse setor, segundo dados da Associação Brasileira dos Piscicultores e Pesqueiros.

Para os moradores de grandes centros urbanos como São Paulo, talvez os pesqueiros sejam hoje algo próximo do que foram as represas há cerca de 20 anos: um local perto de casa, onde é possível esquecer a rotina e o trabalho, pescando-se tranquilamente, acompanhado da família e dos amigos.

Os pesqueiros da Grande São Paulo localizam-se num raio máximo de 100 km do centro da cidade.

Não se tem aqui a preocupação de se abordar os pesqueiros como uma atividade econômica e um mercado bastante promissor, mas, enfatizar as possibilidades de que esta configuração mista de lazer e comercialização constitua-se numa rede social bem organizada no aproveitamento dos recursos hídricos e na conservação da natureza.

Segundo Messias & Suzuki (2005), os pesque-pagues, recentes no campo brasileiro, visto que seu surgimento se deu nos meados dos anos 90 do século XX, são frutos da busca da tranquilidade do campo, bem como do distanciamento estressante da cidade. O atrativo do rural e a aversão pelo urbano tornam-se premissas iniciais para se entender que surge uma nova relação campo-cidade, na qual se insere a emergência de atividades como os pesqueiros.

Crucial para entender essa atividade, o lazer será compreendido como inserido no sistema capitalista atual, o qual pretende fazer de todo e qualquer espaço um espaço produtivo, assim como criar valores estratégicos, cujas possibilidades de se realizarem como mercadoria sejam latentes. O ensejo de descanso e do uso do tempo livre é muitas vezes cooptado pelo movimento que procura fazer das especificidades do lugar, dos valores e dos costumes uma mercadoria. Assim, conforme Mantero (2000), atualmente a sociedade se depara com a escassez de lazer espontâneo, o qual os pesqueiros se tornam um lazer programado.

Na sociedade dita pós-industrial, o que é raro atrai a procura de consumidores em potencial. Assim, numa cidade, como São Paulo, o silêncio, o espaço, a tranquilidade e a segurança têm status de raridade como bens imateriais, tornando premissas para estratégias de acumulação de capital (De MASI, 2000).

Levando em consideração a questão aqui apresentada, da separação do lazer, no sentido espacial e temporal, com os outros momentos de realização da vida, que a presente pesquisa pretende iniciar a uma reflexão. O rural aparece com atrativos que se opõem aos da cidade e, por isso mesmo, aparece como possibilidade de um espaço passível de consumo por quem anseia desfrutar do distanciamento daquilo que lembra a cidade.

Segundo Messias e Suzuki (2005), a promoção de valores associados ao rural e suas especificidades, fez do pesque-pague uma atividade viável, propiciada pela venda da paisagem e, conseqüentemente, do consumo do espaço rural como mercadoria. Concomitante a esse processo, o pesque-pague passa a ter um papel central na manutenção de pessoas no campo, ligadas às atividades que não são atreladas diretamente à terra, produzindo empreendedores.

Assim, o campo é inserido com possibilidades múltiplas a inúmeros sujeitos, não só aqueles que já lhe são tão comuns – agricultores e camponeses – mas também moradores da cidade e ex-moradores do campo que hoje retornam a seus lugares de origem, seja para lazer ou para nele encontrar meios de sobrevivência. Nessas novas situações, que permeiam o campo, surgem atividades não agrícolas como o pesque-pague.

As pesquisas realizadas no presente estudo, permitem conceituar os pesqueiros como empreendimentos que têm como principal atividade a prática da pesca esportiva em lagos, onde o principal objetivo dos frequentadores é a captura de peixes com a utilização de equipamentos como varas de mão, carretilhas ou molinetes. Os peixes capturados podem ser para o consumo, ou apenas pelo prazer de retirá-los da água, devolvendo-os em imediato para o lago; daí o nome genérico de pesca esportiva.

De modo geral, os estudos realizados sobre pesqueiros, não apresentam definições precisas com relação as diferentes modalidades de pesca praticadas nos pesqueiros; sendo assim, com base em algumas definições existentes e, sobretudo, nas entrevistas realizadas com os pescadores e proprietários, a prática da pesca esportiva apresenta três modalidades distintas, e que podem ser assim definidas:

- **Pesque-Pague:** Sistema no qual o frequentador paga uma taxa mínima de entrada mais o quilo do peixe capturado. Nessa modalidade os pescadores

têm a opção de devolver à água as espécies que não desejar, pagando somente pelo quilo dos peixes que escolher.

- **Pesque-Solte:** Sistema no qual o frequentador paga uma taxa de entrada, captura os peixes e os devolve ao lago; também conhecido como pesca esportiva. Nesse caso, o objetivo dos pescadores não é o de levar os peixes, mas sim de capturá-los e em seguida devolvê-los à água.
- **Pague-Pesque:** Sistema no qual o frequentador paga uma taxa de entrada, normalmente mais alta, podendo levar todos os peixes que conseguir capturar.

A presente pesquisa bibliográfica revela que, em geral os estudos realizados em pesqueiros enfocam, principalmente, questões econômicas e ambientais de caráter mitigador dos impactos gerados pelo uso da água; todavia, não foram encontrados trabalhos direcionados ao uso e ocupação do espaço; revelando a importância maior desta pesquisa, no sentido de oferecer subsídios para trabalhos que aprofundem o tema ora abordado.

5.2 O PAPEL DOS ORGÃOS PÚBLICOS NA REGULAMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PESQUEIROS

A regularização de pesqueiros no município de São Paulo está sob as legislações federal, estadual e municipal. Para instalar um pesqueiro ou qualquer atividade relacionada à piscicultura, o proprietário deverá solicitar a aprovação de vários órgãos públicos.

Todo pesque-pague precisa de um registro do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para funcionar legalmente. Diariamente, cerca de quinze (15) consultas são feitas ao órgão à procura de informações sobre montagem de pesqueiro no sistema pesque-pague.

O proprietário do pesque-pague deve preencher um formulário e entregar a planta do projeto e a relação dos fornecedores de peixes ao IBAMA.

Dois outros órgãos estaduais em São Paulo estão vinculados ao processo de registro: o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), que autoriza o uso de água para o pesqueiro, necessária para a oxigenação dos tanques e o DEPRN (Departamento de Proteção dos Recursos Naturais) que é o responsável por conceder parecer no que diz respeito à interferência do empreendimento nas áreas florestais, matas ciliares, áreas alagadas e em áreas de proteção permanente.

Ao pesquisar a legislação pertinente à regularização dos pesqueiros, e seu funcionamento no Estado de São Paulo, tendo por consequência também a pesquisa da legislação Federal (Anexo 1), nota-se que tanto o Governo Estadual, como o Federal não foram eficazes para tratar da questão com abrangência merecida, uma vez que as Leis contrapõem de maneira desarticulada, como resposta imediata a uma demanda existente, sem considerar o crescimento da pesca esportiva no contexto da nova ruralidade, e a dinâmica típica do setor.

5.3 SELEÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS

Esta pesquisa foi realizada no município de São Paulo, tendo em vista suas características de uso e ocupação do solo, além de ser uma metrópole que apresenta elevada densidade demográfica, conserva algumas áreas de mata nativa em suas extremidades, possuindo uma densa rede hidrográfica, elementos essenciais para criação de pesqueiros.

A escolha das localidades visitadas deu-se a partir de informações previamente obtidas, por meio da vivência estabelecida junto ao objeto desta pesquisa.

Levando-se em consideração as dimensões territoriais do município de São Paulo, optou-se por três extremos da cidade: Zona Sul, Leste e Norte, pois apresentam características diferentes quanto à ocupação do espaço e suas paisagens, além de se encontrarem nas regiões limítrofes da metrópole paulistana.

A seleção dos pesqueiros ocorreu de maneira aleatória, porém, privilegiando a região leste onde se encontram oito do total dos pesqueiros estudados, sendo mais três na região sul e um na região norte, todos no município de São Paulo.

O fato da maioria dos pesqueiros estudados estarem situados na Zona Leste de São Paulo, explica-se pela proximidade entre os pesqueiros visitados, e o conhecimento adquirido sobre a região. Soma-se a esses elementos, o fato de que essa localidade do município apresenta uma maior quantidade de pesqueiros, se comparado com as outras regiões da cidade.

Ainda em razão da grande quantidade de pesqueiros existentes no município de São Paulo, aproximadamente 80 (oitenta), segundo dados da Associação Brasileira de Piscicultores e Pesqueiros (ABRAPESQ, 2008), fez-se necessário uma seleção, na qual optou-se em dividir os pesqueiros em três categorias: pesqueiros de grande porte, de médio e pequeno porte. Essa divisão, leva em consideração o tamanho territorial de cada pesqueiro.

- **Pesqueiros de grande porte:** aqueles cujo tamanho do território ocupado, ultrapassa os 100 mil metros quadrados;
- **Pesqueiros de médio porte:** aqueles cujo tamanho do território ocupado, encontra-se acima de 50 mil metros quadrados, não ultrapassando os 100 mil metros quadrados;
- **Pesqueiros de pequeno porte:** aqueles em que o tamanho do território ocupado, encontra-se abaixo de 50 mil metros quadrados, não sendo menor que 10 mil metros quadrados.

Durante toda pesquisa, foram visitados aproximadamente 30 (trinta) pesqueiros distribuídos pela cidade de São Paulo; contudo, apenas 12 (doze) pesqueiros foram selecionados e estudados de maneira detalhada, sendo três deles no distrito de São Mateus, três no distrito de Itaquera, um no distrito de Cidade Tiradentes, um no distrito de Itaim Paulista, todos esses localizados na Zona Leste de São Paulo; três no distrito de Grajaú, localizados na Zona Sul de São Paulo; e um no distrito de Tremembé, localizado na Zona Norte de São Paulo.

Para obter a localização dos pesqueiros estudados, por meio do sistema de coordenadas geográficas, optou-se pela utilização de GPS – Global Positioning System.

Considerando-se os fatores de erro comum ao uso desse equipamento, os dados obtidos foram satisfatórios para traçar a localização aproximada de cada um dos pesqueiros estudados, conforme mostrado na FIGURA 1.

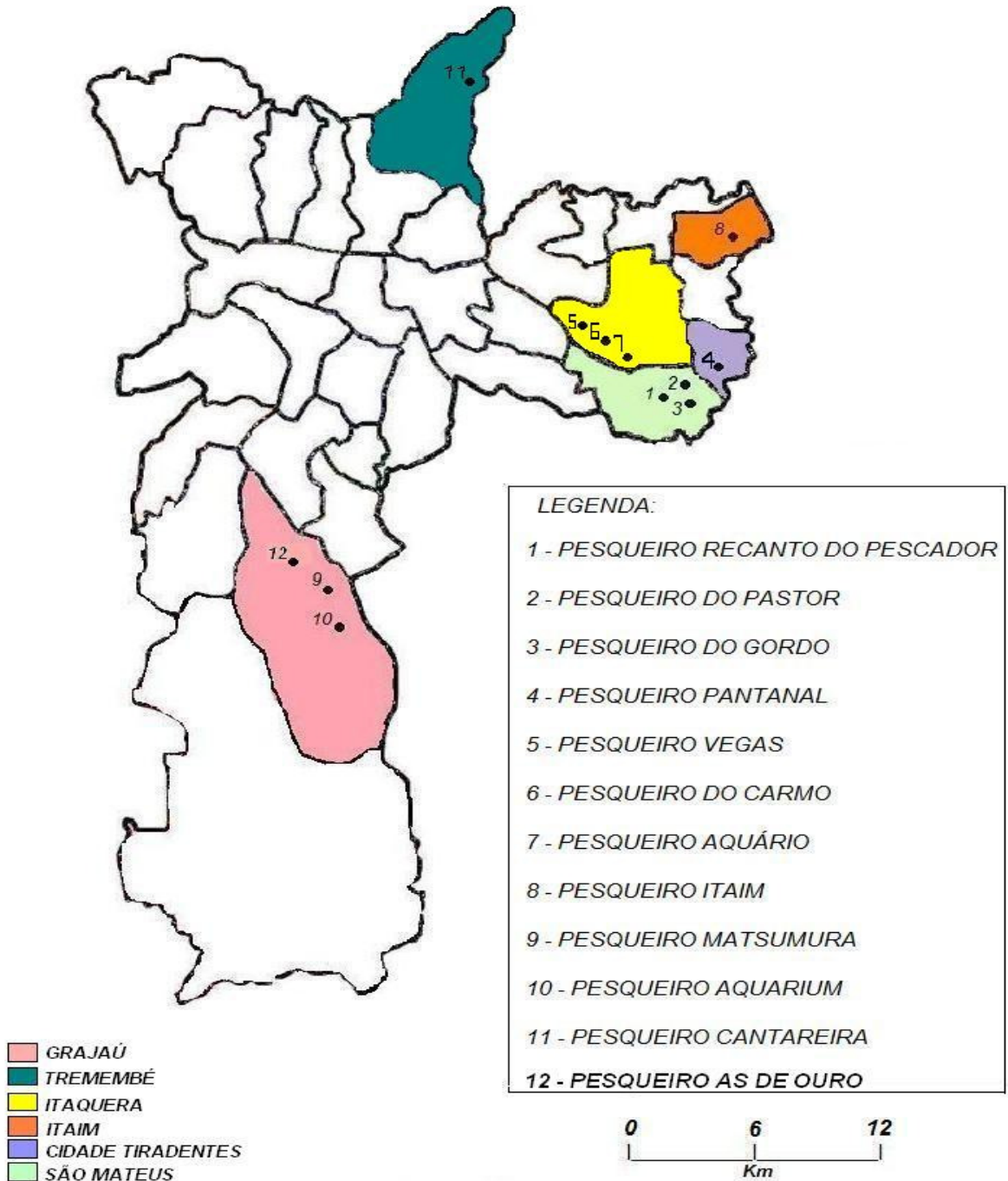


Figura 1. Localização dos pesqueiros estudados.

Fonte: Mapa Base: Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Estatística e Produção de Informação. DIPRO (2006).

5.4 ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Foram elaborados dois tipos de questionários, um que permite coletar dados da propriedade e outro de seus usuários.

O primeiro abordou questões relacionadas à estrutura física do estabelecimento, ou seja, sua localização, tamanho da propriedade, número de lagos utilizados para prática da pesca, fonte de abastecimento de água para os lagos, tipo de sistema de pesca adotado, dias e horários de funcionamento, além dos serviços adicionais a pesca, como restaurante, playground, piscina, churrasqueiras, salão de festas e outros, voltados exclusivamente ao lazer e entretenimento dos usuários.

Ainda no mesmo questionário, foi reservado um espaço para coleta de informações relacionadas à conservação da paisagem “natural”.

Esses dados permitiram uma análise dos aspectos socioeconômicos, técnicos e ambientais dos pescadores visitados.

O segundo questionário objetivou a obtenção de informações de seus frequentadores, para que se tenha um perfil detalhado dos usuários, justificando assim questões pertinentes à pesquisa; para isso, foram fornecidas cópias desse questionário aos proprietários dos pescadores visitados, para que em um período de uma semana, os mesmos realizassem o preenchimento, por meio da coleta de dados junto aos frequentadores.

5.5 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

As visitas ocorreram, entre os meses de janeiro de 2007 a fevereiro de 2009, e como já destacado, foram aplicados dois tipos de questionários (Anexo 2), um com o objetivo de caracterizar a propriedade e o empreendimento instalado e o outro com o objetivo de coletar informações sobre os frequentadores do estabelecimento.

As entrevistas ocorreram em geral de segunda à sexta-feira, pois nos finais de semana e feriados os estabelecimentos tem um número grande de frequentadores, o que dificulta a entrevista junto ao proprietário; entretanto, foram necessárias algumas visitas em finais de semana e feriados para registro do público

e movimentação, além de permitir a comprovação das informações dadas pelos proprietários durante as entrevistas.

Após a aplicação dos questionários, os resultados foram compilados, sintetizados e esquematizados em forma de gráficos, que pretenderam representar o perfil dos estabelecimentos, bem como dos frequentadores.

A aplicação dos questionários transcorreu de forma tranquila e receptiva, porém em alguns casos houve uma preocupação dos proprietários que temiam ser uma fiscalização, pois possuem pendências legais para seu funcionamento; todavia, à medida que se explicava a finalidade da pesquisa, sentiam-se mais a vontade para responder as perguntas.

Essa participação dos proprietários foi fundamental para coleta de dados junto aos frequentadores, pois os mesmos, de posse do questionário, entrevistaram também usuários, buscando as informações necessárias para realização desta pesquisa.

Desta maneira, foram aplicados vinte e quatro questionários diretamente aos proprietários e, cento e vinte questionários junto aos usuários, tendo uma média de dez frequentadores entrevistados por pesqueiro.

Dos questionários entregues aos proprietários, ainda foram recolhidos um total de noventa e oito questionários, aplicados aos usuários.

Ao término das pesquisas em campo, obteve-se um total de duzentos e vinte entrevistados, entre proprietários e frequentadores dos pesqueiros.

A FIGURA 2 ilustra a visita a um pesqueiro, objetivando a aplicação de questionário.



Figura 2. Vista da aplicação de um questionário, no Pesqueiro Matsumura.

5.6 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS ÁREAS PESQUISADAS: AVALIAÇÃO CRÍTICA PRELIMINAR E DESCRIÇÃO FÍSICA

Os pesqueiros visitados apresentam algumas características que, de acordo com a constatação, são encontradas em praticamente todos os locais:

- não cobram taxa de entrada, ou cobram um valor simbólico (em média R\$ 5,00), destinado a despesas de manutenção (coleta de lixo, corte de grama, etc.);
- possuem como estruturas de apoio: lanchonete, área de lazer para crianças com playground, local para limpeza dos peixes capturados pelos frequentadores, churrasqueiras e sanitários;
- funcionam todos os dias, sendo mais procurados nos finais de semana e feriados;
- em geral, estão localizados muito próximos do centro urbano em um raio médio de 5 km;

- funcionam em sítios e chácaras pertencentes a famílias de agricultores que viviam de atividades tradicionais, como a agricultura familiar ou a pecuária extensiva e que optaram pela atividade pesqueira como alternativa na perspectiva de tornar a propriedade mais rentável.

A FIGURA 3 apresenta em forma de tabela, as principais características dos pesqueiros estudados, permitindo assim, uma comparação quanto aos principais aspectos de cada pesqueiro.

PESQUEIRO	ÁREA TOTAL	DISTÂNCIA DO CENTRO URBANO	ÁREA CONSTRUIDA	ÁREA PRESERVADA	Nº. DE LAGOS
Recanto do Pescador	150.000 M ²	4 km	10.000 M ²	50.000 M ²	3
Do Pastor	175.000 M ²	4 km	5.000 M ²	80.000 M ²	2
Do Gordo	40.000 M ²	4 km	4.000 M ²	10.000 M ²	2
Aquário	20.000 M ²	3 km	6.000 M ²	5.000 M ²	1
Vegas	10.000 M ²	3 km	3.000 M ²	Não Possui	4
Do Carmo	35.000 M ²	3 km	5.000 M ²	Não Possui	2
Pantanal	180.000 M ²	1 km	3.000 M ²	100.000 M ²	1
Itaim	20.000 M ²	Inserido	8.000 M ²	Não Possui	1
Matsumura	60.000 M ²	5 km	9.000 M ²	30.000 M ²	5
Aquarium	539.000 M ²	5 km	10.000 M ²	300.000 M ²	10
Cantareira	65.000 M ²	1 km	15.000 M ²	30.000 M ²	3
As de Ouro	12.000 M ²	4 km	2.000 M ²	6.000 M ²	3

Figura 3. Dados sobre os pesqueiros pesquisados

A seguir, serão efetuadas as caracterizações dos diversos pesqueiros estudados. Os dados apresentados foram obtidos durante as visitas, nas quais foram realizadas entrevistas e aplicações de questionários, tanto para os proprietários, como para os frequentadores dos pesqueiros.

5.6.1 Pesqueiro Recanto do Pescador

Localizado na Estrada do Palanque, 3.000, Jardim Iguatemi, distrito de São Mateus, Zona Leste da Cidade de São Paulo, situa-se a aproximadamente 4 km do centro urbano, possui uma área total de 150.000 m², sendo 10.000 m² de área construída, cerca de 50.000 m² de mata nativa protegida e aproximadamente 30.000 m² de área de reflorestamento.

O pesqueiro Recanto do Pescador possui três lagos para prática da pesca, que são abastecidos por uma nascente que se encontra dentro da propriedade.

O tipo de sistema empregado aos usuários é o PESQUE-PAGUE. O estabelecimento funciona de segunda-feira a domingo, das 06h00 às 18h00.

Além da pesca, disponibiliza aos frequentadores, serviço de restaurante, lanchonete, serviços de beira de lago e limpeza do peixe.

Pertence a uma família de antigos agricultores, que reside a mais de trinta anos na região. Optaram pela criação de um pesque-pague, pois não cultivavam mais alimentos, que segundo os proprietários, não estava sendo rentável, e por isso, a propriedade encontrava-se ociosa. O pesqueiro foi inaugurado em 2004, e permite o sustento de toda a família.

A FIGURA 4 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 4. Vista do Pesqueiro Recanto do Pescador. Destaque para a cobertura vegetal arbórea, parcialmente conservada.

Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.2 Pesqueiro do Pastor

Localizado na Estrada do Palanque, s/n, Jardim Iguatemi, distrito de São Mateus, Zona Leste da Cidade de São Paulo, a aproximadamente 4 km do centro urbano; possui uma área total de 175.000 m², sendo que, 5.000 m² são de área construída e cerca de 80.000 m² de mata protegida.

Possui dois lagos para prática da pesca que são abastecidos por um rio que corta a propriedade.

Oferece aos usuários dois tipos de sistemas, o PESQUE-PAGUE e o PAGUE-PESQUE. Encontra-se aberto de segunda-feira a domingo, das 05h30 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de restaurante, limpeza do peixe, sorveteria e pesca noturna quando agendado.

A propriedade foi comprada há pouco mais de dez anos, já com o intuito de se fazer um pesqueiro; o dono sempre morou na região, porém, não possuía experiência em atividades ligadas ao campo. Resolveu investir em um pesqueiro por dois motivos, primeiro, por ser praticante da pesca esportiva, e segundo, por acreditar no crescimento do setor.

O pesqueiro já está funcionando desde 2005, e é a principal fonte de renda da família.

A FIGURA 5 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 5. Vista do Pesqueiro do Pastor. Mostrando em primeiro plano quiosques como infraestrutura de apoio aos pescadores.

Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.3 Pesqueiro do Gordo

Localizado na Estrada do Palanque, s/n, Jardim Iguatemi, distrito de São Mateus, Zona Leste da Cidade de São Paulo, a cerca de 4 km do centro urbano, possui uma área total de 40.000 m², sendo 4.000 m² de área construída; não possui mata nativa, porém, apresenta uma área de aproximadamente 10.000 m² que vêm sendo reflorestada com espécies nativas da região. A propriedade sempre foi utilizada para a agricultura e pecuária extensiva e isso explica a ausência de vegetação.

Possui dois lagos para prática da pesca que são abastecidos por um poço.

Adota dois tipos de sistemas de pesca aos usuários, o PAGUE-PESQUE e o PESQUE-SOLTE e abre de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de restaurante, lanchonete, playground, instrutores, loja de pesca e limpeza do peixe.

A propriedade sempre pertenceu à família, que se encontra na região a mais de quarenta anos, e tinha como principal fonte de renda o cultivo de hortaliças e a criação de gado. Com a abertura do pesqueiro em 2003, essa atividade passou a ser há principal fonte de renda da família.

A FIGURA 6 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 6. Vista do Pesqueiro do Gordo. Em primeiro plano lago principal, ao fundo parte da infraestrutura de apoio.

Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.4 Pesqueiro Aquário

Localizado na Rua Jaime Ribeiro Wayte, 302, distrito de Itaquera, Zona Leste da Cidade de São Paulo, situa-se a cerca de 3 km do centro urbano, tendo uma área total de 20.000 m², sendo 6.000 m² de área construída. Não possui mata nativa, apenas uma área de mata secundária protegida, de aproximadamente 5.000 m².

Possui um lago para prática da pesca, que é abastecido por uma nascente.

O tipo de sistema empregado aos usuários é o PAGUE-PESQUE e funciona de sábado a quinta-feira, das 07h00 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de lanchonete, serviço de beira de lago, instrutores, loja de pesca, sorveteria e viveiro de plantas.

A propriedade pertence a uma família de floricultores, que vive a mais de quarenta anos na região. O pesqueiro passou a funcionar em 1996, como complemento de renda para a família, que hoje é a atividade mais rentável da propriedade.

A FIGURA 7 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 7. Vista do Pesqueiro Aquário. Destaque para a mata secundária.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.5 Pesqueiro Vegas

Localizado na Rua Itália Giusti, 687, Parque do Carmo, distrito de Itaquera, Zona Leste da Cidade de São Paulo, a aproximadamente 3 km do centro urbano. Possui uma área total de 10.000 m², tendo aproximadamente 3.000 m² de área construída e o restante destinado para pesca e lazer. Em virtude do tamanho, não apresenta mata nativa.

Possui quatro lagos para a prática da pesca que são abastecidos por uma nascente.

O tipo de sistema empregado aos usuários é o PAGUE-PESQUE, e funciona de segunda - feira a domingo, das 07h00 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de lanchonete, playground, instrutores, loja de pesca e limpeza de peixe.

A propriedade pertence a uma família de agricultores que mora no local a quarenta e dois anos, e vivia do cultivo de frutas. O pesqueiro foi criado em 1995, e hoje é a única fonte de renda da família.

A FIGURA 8 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 8. Vista do Pesqueiro Vegas. Destaque para seu lago principal.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.6 Pesqueiro do Carmo

Localizado na Rua Itália Giusti, 685, Parque do Carmo, distrito de Itaquera, Zona Leste da Cidade de São Paulo, a aproximadamente 3 km do centro urbano; possui uma área total de 35.000 m², tendo 5.000 m² de área construída. Não possui mata nativa, pois a propriedade vem sendo utilizada para o cultivo de frutas a mais de cinquenta anos.

Possui dois lagos para prática da pesca, que é abastecido por uma nascente.

O tipo de sistema empregado aos usuários é o PAGUE-PESQUE e, funciona de quarta-feira a domingo, das 07h00 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de restaurante, lanchonete e limpeza de peixe.

A propriedade pertence a uma família de agricultores, que estão na região a mais de cinquenta anos e vivem exclusivamente do cultivo de frutas. O pesqueiro funciona há aproximadamente quinze anos, e passou a ser uma das principais fontes de renda da família que ainda cultiva frutas na propriedade.

A FIGURA 9 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 9. Vista do Pesqueiro do Carmo
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.7 Pesqueiro Pantanal

Localizado na Estrada do Iguatemi, 2.981, distrito de Cidade Tiradentes, Zona Leste da Cidade de São Paulo, situa-se a aproximadamente 1 km do centro urbano. Possui uma área total de 180.000 m², tendo 3.000 m² de área construída, e cerca de 100.000 m² de mata nativa protegida.

Tem apenas um lago para prática da pesca, que é abastecido por nascente.

Possui dois tipos de sistema empregado aos usuários o PAGUE-PESQUE e o PESQUE-PAGUE, abre ao público de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 18h00.

Além da pesca, oferece serviço de lanchonete, loja de pesca e limpeza do peixe.

O proprietário está na região há trinta anos e vivia da criação de animais e da agricultura de subsistência. Criou o pesqueiro em 1999 e, hoje é sua principal fonte de renda.

A FIGURA 10 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 10. Vista do Pesqueiro Pantanal. Destaque para a mata ciliar.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.8 Pesqueiro Itaim

Localizado na Rua Tristão Achaval, 315, Jardim Camargo Novo, distrito do Itaim Paulista, Zona Leste da Cidade de São Paulo, inserido no centro urbano, possui uma área total de 20.000 m², sendo que 8.000 m² são de área construída. Não apresenta vegetação natural em virtude do tamanho e de se encontrar em uma área bastante urbanizada.

Tem apenas um lago para a prática da pesca, que é abastecido por poço semi-artesiano.

Possui um único sistema empregado aos usuários o PESQUE-PAGUE, e funciona de segunda-feira a domingo, das 6h00 às 18h00.

Oferece, além da pesca, serviço de lanchonete, loja de pesca e limpeza de peixe.

A propriedade pertence a uma família de comerciantes da região, que abriu o pesqueiro em 1998, e hoje tem a atividade como principal fonte de renda.

A FIGURA 11 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 11. Vista do Pesqueiro Itaim. Destaque para a extensiva urbanização.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

5.6.9 Pesqueiro Matsumura

Localizado na Rua Yoshio Matsumura, 452, Chácara Santo Antonio, distrito de Grajaú, Zona Sul da Cidade de São Paulo, está situado a cerca de 5 km do centro urbano. Possui uma área total de 60.000 m², sendo que 9.000 m² são de área construída, e aproximadamente 30.000 m² de mata nativa protegida.

Tem cinco lagos que são utilizados para a prática da pesca, e que são abastecidos por nascente.

Oferece aos usuários dois sistemas de pesca, o PESQUE-PAGUE e o PESQUE-SOLTE, funcionando de segunda-feira a domingo, das 6:h30 às 19:h00.

Oferece aos usuários, além da pesca, restaurante, lanchonete, playground, loja de pesca, serviço de beira de lago, limpeza de peixe e sala de TV.

A propriedade pertence a uma família de agricultores da região, que reside no local a pelo menos quarenta anos, e que resolveu diversificar suas atividades, criando no ano de 1993 o referido pesqueiro.

O pesqueiro passou a ser uma das principais atividades econômicas da família, e que também se dedicam à piscicultura no interior de São Paulo. A atividade da piscicultura garante o abastecimento de peixes para seu próprio pesqueiro, e abastece também outros pesqueiros da região.

A FIGURA 12 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 12. Vista do Pesqueiro Matsumura. Destaque para a mata nativa.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2008)

5.6.10 Pesqueiro Aquarium

Localizado na Rua Yoshio Matsumura, 300, Chácara Santo Antonio, distrito de Grajaú, Zona Sul da Cidade de São Paulo, tem uma área de 539.000 m², sendo aproximadamente 10.000 m² de área construída e cerca de 300.000 m² de mata nativa protegida.

Possui dez lagos para pesca, que são todos abastecidos por nascente.

Adota o sistema de PESQUE-PAGUE e o de PESQUE-SOLTE. Funciona de segunda-feira a domingo, das 6:h30 às 18:h30.

Oferece aos usuários, além da pesca, restaurante, lanchonete, churrasqueiras na beira dos lagos, playground, piscina, salão de festa, loja de pesca, serviço de beira de lago e limpeza de peixe ou quando solicitado pelo cliente o peixe pescado é frito e servido no local.

A propriedade pertence a uma família de agricultores imigrantes do Japão. O pesqueiro nasceu, segundo os donos, da necessidade de partilharem a vasta área de plantação com mais pessoas que apreciassem a natureza. No ano de 1994, a família começou a criar peixes nos tanques de irrigação e abriu para o público em geral.

Com o aumento da procura, os proprietários melhoraram a infraestrutura do local. Hoje, o pesqueiro tornou-se uma das principais fontes de renda da família.

A FIGURA 13 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 13. Vista do Pesqueiro Aquarium. Destaque da boa infraestrutura oferecida aos pescadores.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2008)

5.6.11 Pesqueiro Az de Ouro

Localizado na Avenida Paulo Guilguer Reimberg, 6300, Chácara Santo Amaro, distrito de Grajaú, Zona Sul da Cidade de São Paulo, possui uma área total de 12.000 m², sendo aproximadamente 2.000 m² de área construída e cerca de 6.000 m² de mata nativa protegida.

O pesqueiro possui três lagos que são utilizados para pesca, sendo que um deles formou-se naturalmente, e são abastecidos por nascente.

O sistema adotado aos usuários é o PESQUE-PAGUE. Funciona de todos os dias, das 7:h00 às 18:h00.

Além da pesca, oferece aos usuários, lanchonete, quiosques, serviço de beira de lago e limpeza do peixe pescado.

O pesqueiro foi criado em 1999 e em 2008, foi arrendado por uma família de comerciantes da região e que hoje, têm o pesqueiro como única fonte de renda.

A FIGURA 14 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 14. Vista do Pesqueiro Az de Ouro, em primeiro plano o lago principal, ao fundo vegetação nativa conservada.

Autor: OLIVEIRA, R. F. (2008)

5.6.12 Pesqueiro Cantareira

Localizado na Rua Luis Carlos Gentil de Laert, 2500, Vila Rosa, distrito de Tremembé, Zona Norte da Cidade de São Paulo, possui uma área total de 65.000 m², tendo aproximadamente 15.000 m² de área construída e cerca de 30.000 m² de mata nativa protegida.

Possui três lagos para prática da pesca, que eram utilizados como reservatório de tratamento de água da capital paulista, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

O Pesqueiro adota dois sistemas para prática da pesca o PESQUE-PAGUE e o PESQUE-SOLTE. Funciona de segunda-feira a domingo, das 8:h00 às 18:h00.

Oferece aos usuários, além da pesca, lanchonete, quiosques, playground, piscina, salão de festa, cachoeira, salão de jogos e chalés.

O pesqueiro encontra-se dentro da Associação da SABESP que foi criada em 1973. Já pesqueiro passou a funcionar no ano de 1992.

A FIGURA 15 ilustra uma vista do referido pesqueiro.



Figura 15. Vista do Pesqueiro Cantareira. Destaque para vegetação arbórea do entorno do lago.
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2008)

6 RESULTADOS OBTIDOS

A comparação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas em campo permite melhor entender o funcionamento dos pesqueiros, além de revelar dados de suas estruturas de funcionamento e ocupação do espaço geográfico, bem como aspectos econômicos e ambientais que caracterizam o lugar preferido para a instalação dos pesqueiros.

Também, a partir dos dados coletados, foi possível traçar um perfil socioeconômico de seus frequentadores.

Para tanto, os questionários aplicados foram sistematizados em gráficos e tabelas, e serão apresentados para melhor compreensão do objeto ora pesquisado.

Inicialmente serão apresentados dados referentes à estrutura dos pesqueiros, tais como: tamanho médio dos pesqueiros; número de lagos utilizados para prática da pesca; fonte de abastecimento de água nos lagos; e dados sobre a preservação e conservação da paisagem natural.

Em seguida, os dados que permitem a caracterização socioeconômica dos frequentadores, serão apresentados na seguinte ordem: número médio de frequentadores; distribuição de seus frequentadores por idade e sexo; local de origem dos usuários dos pesqueiros; a distribuição dos frequentadores por classe social e companhia preferida na pesca; tempo médio de permanência nos pesqueiros; valor médio gasto durante a pescaria; e os cuidados que os frequentadores têm com vistas à conservação da paisagem.

6.1 TAMANHO MÉDIO DOS PESQUEIROS

Apesar dos pesqueiros estudados estarem localizados próximos aos centros urbanos, e em alguns casos inseridos no perímetro urbano, não possuem área inferior a 20 mil metros quadrados; em média apresentam uma área acima de 100 mil metros quadrados, o que lhes permite manter uma área de paisagem conservada, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos frequentadores, além de garantir a conservação de espécies nativas da fauna e da flora.

Como mostra a FIGURA 16, do total de pescueiros pesquisados, 35% possuem uma área total acima de 150 mil metros quadrados; já 34% dos estabelecimentos pesquisados têm uma área total entre 100 mil a 150 mil metros quadrados; 16% dos pescueiros visitados ocupam uma área entre 50 mil a 100 mil metros quadrados; e apenas 15% do total dos pescueiros pesquisados têm uma área inferior a 50 mil metros quadrados; sendo que o menor possui uma área de 10 mil metros quadrados.

A FIGURA 16 ilustra os tamanhos médios dos pescueiros estudados.

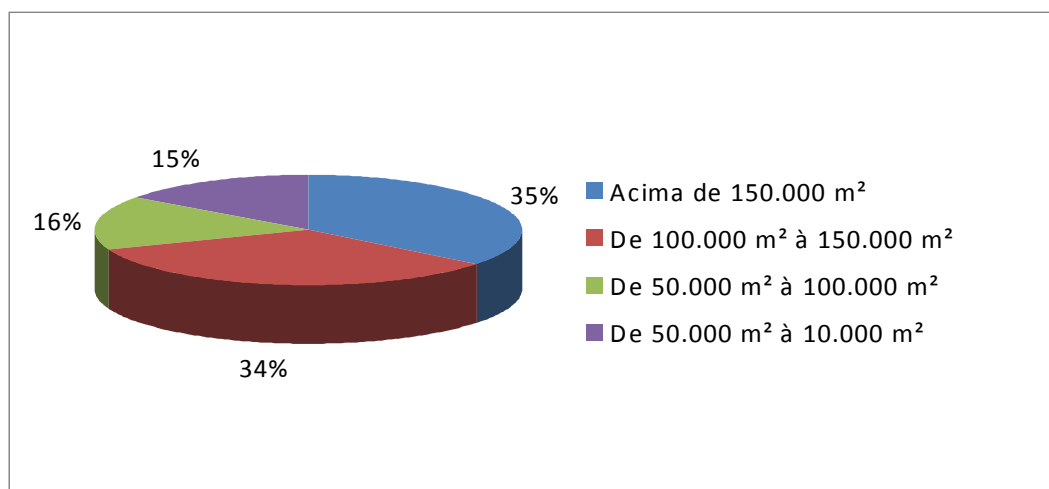


Figura 16. Tamanho Médio dos Pescueiros

Os dados revelam que o tamanho do território, não é fator determinante para a criação de um pescueiro, entretanto, os que possuem maior área, optam pela conservação da paisagem arbórea existente, pois em geral, os frequentadores associam a vegetação a um contato mais próximo com a natureza, e conseqüentemente, a melhor qualidade de vida, contrapondo a paisagem tipicamente urbana, constituída por inúmeras edificações.

6.2 NÚMERO DE LAGOS PARA A PRÁTICA DA PESCA

Com relação ao número de lagos utilizado para prática da pesca, como pode ser observado na FIGURA 17, a maioria dos pescueiros (53%), tem apenas um lago;

todavia, a soma dos pescueiros que possuem dois ou três lagos totaliza 40%; sendo coincidentemente, 20% com dois lagos e 20% com três lagos; apenas 7% dos pescueiros visitados possuem quatro ou mais lagos utilizados para pratica da pesca.

Foi possível verificar durante as entrevistas realizadas com os frequentadores, que os pescueiros que possuem um maior número de lagos são os mais procurados pelos amantes da pesca esportiva, pois em geral, apresentam uma maior variedade de espécies para a captura.

A FIGURA 17 mostra os resultados obtidos com referido ítem da pesquisa.

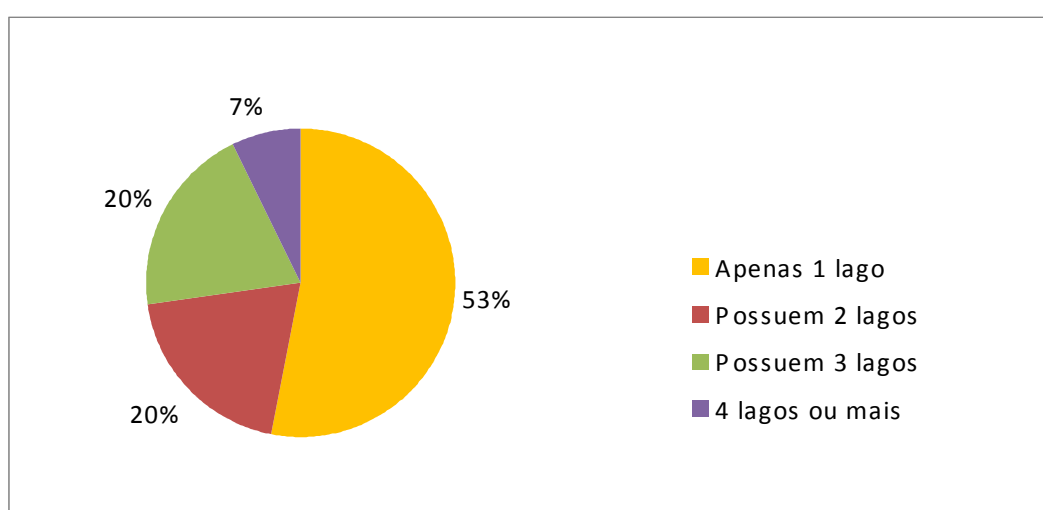


Figura 17. Número de lagos para a prática da Pesca

6.3 FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS PESQUEIROS

A pesquisa expõe mais uma vez a importância da conservação de territórios que apresentam áreas remanescentes de florestas e matas ciliares, uma vez que a principal fonte de água para o abastecimento dos lagos utilizado para a prática da pesca, é proveniente de nascentes (61%), sendo que rios e córregos são utilizados por outra parcela considerável dos pescueiros (24%).

O restante dos pescueiros estudados utilizam como fonte de abastecimento, poços artesianos ou semi artesianos, totalizando apenas 15% dos pesque-pagues pesquisados.

Nenhum dos pescueiros utiliza qualquer outro tipo de fonte alternativa para o abastecimento de água nos lagos como, por exemplo, açudes ou água tratada.

A FIGURA 18 ilustra as principais fontes de água utilizadas para o abastecimento dos lagos existentes nos pesqueiros.

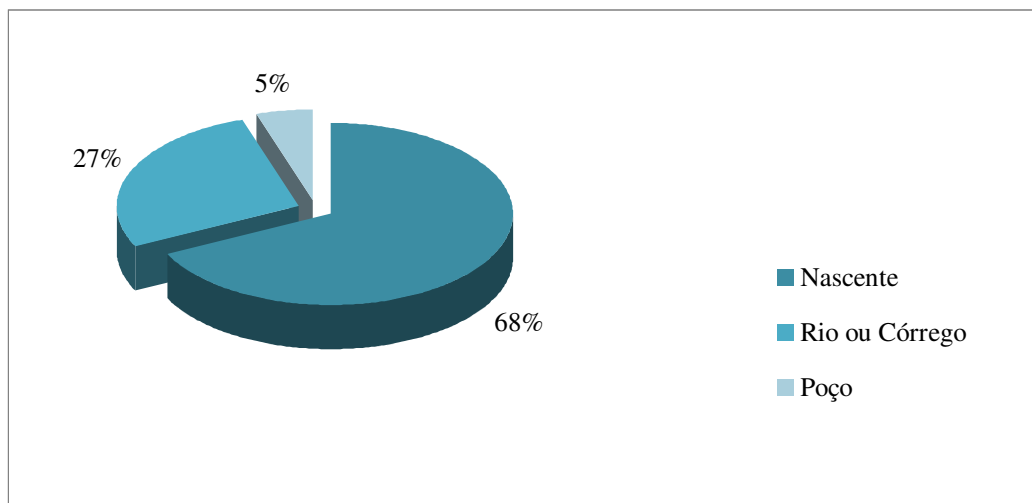


Figura 18: Fonte de água para abastecimento dos lagos

6.4 OS PESQUEIROS E A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM

Algumas medidas são tomadas pelos proprietários, com vistas à conservação do espaço, tais como: limpeza diária do entorno dos lagos e demais dependências do pesqueiro, coleta de lixo, limpeza dos lagos semanalmente, conservação das áreas de mata, proibição da caça de animais silvestres, esvaziamento dos lagos e tanques no período de baixa temporada (meses de junho, julho e agosto), evitando assim o assoreamento dos lagos e garantindo a renovação da água.

Diferentemente do que ocorre nas propriedades rurais, que optam por atividades tradicionais como a agricultura ou a pecuária, nota-se que nos pesqueiros ocorre à conscientização ambiental por parte dos proprietários, de se manter conservada a paisagem, garantindo a sobrevivência de espécies nativas da fauna e da flora, com estímulo às ações práticas que devem ser desenvolvidas. Por exemplo, a conservação da mata ciliar e o plantio que devem ser de espécies nativas em áreas devastadas anteriormente pela agricultura ou pecuária, garantindo dessa forma a conservação das fontes de abastecimento de água, produto esse primordial para a existência de um pesqueiro, ressaltando ainda a importância de se ter água de boa qualidade para garantir a sobrevivência do peixe e, conseqüentemente, também a sua saúde. Isso ocorre, pois o produto oferecido nos

pesqueiros não é apenas o peixe capturado nos lagos, mas também o contato dos frequentadores com a natureza.

Couto (1995) descreve o espaço ocupado por um pesqueiro da seguinte maneira:

Os pesque-pagues não se encontram em qualquer área rural. É crucial para sua eclosão a junção de inúmeros fatores, como a proximidade de centros urbanos, de onde advém seu maior número de frequentadores, uma paisagem que possa conter o “verde” em contraponto a grande cidade, bem como características naturais favoráveis a sua manutenção, como rios, córregos ou nascentes que auxiliem na manutenção de seus lagos (COUTO, 2005, p. 29).

A análise da FIGURA 19 revela a importância da presença da vegetação na paisagem para a implantação de um pesqueiro, bem como sua conservação e recuperação. Os dados levantados mostram que 72% das propriedades pesquisadas apresentam áreas de floresta ou mata ciliar conservada, e que 20% adotam o reflorestamento com espécies nativas visando à recuperação das áreas devastadas. Apenas 8% do total dos pesqueiros visitados não possuem presença de vegetação nativa; todavia, os proprietários sabem da importância de se adotar medidas de compensação, como o reflorestamento, que possibilitam maior sucesso ao empreendimento.

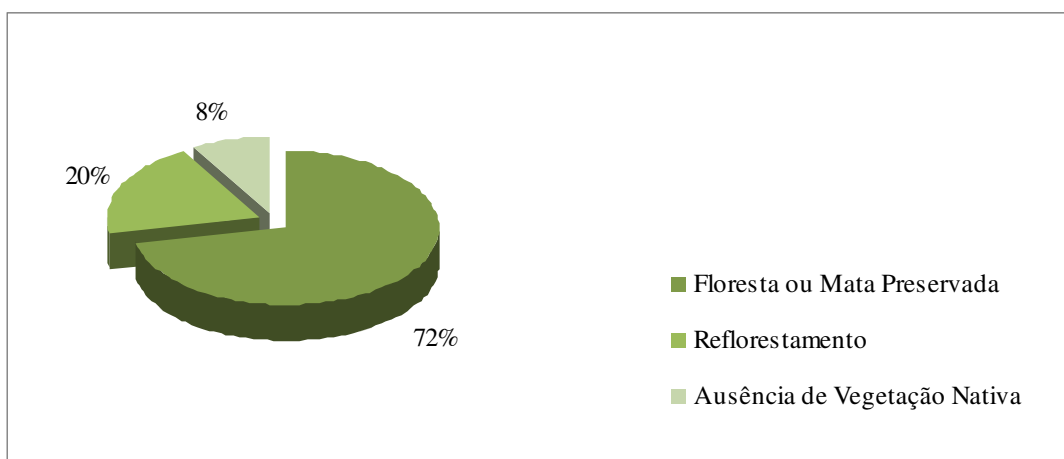


Figura 19. Informações relacionadas à conservação da paisagem, por meio da presença de vegetação ou ausência da mesma.

6.5 FREQUENTADORES DOS PESQUEIROS – PERFIL SOCIOECONÔMICO

Far-se-á, em seguida, uma caracterização socioeconômica dos usuários.

A elaboração e aplicação de um questionário específico para coletar dados sobre os usuários possibilitaram traçar um perfil quantitativo e socioeconômico dos pescadores e frequentadores em geral dos pesque-pagues visitados.

Os dados coletados foram sistematizados, possibilitando, assim conhecer melhor esse público, que em geral vive na cidade, e busca alternativas de lazer e entretenimento em locais próximos do centro urbano, mas que necessitam ter um contato mais próximo com a natureza, contraponto a vida agitada da cidade, com sua paisagem ao extremo, por suas inúmeras edificações.

Inicialmente, foram coletados dados sobre o número médio de frequentadores nos pesqueiros, tendo como base períodos distintos, como mostra a FIGURA 20.

NÚMERO MÉDIO DE FREQUENTADORES NOS PESQUEIROS		
Nº MÉDIO DE PESCADORES EM FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	EM TEMPORADA	60 PESSOAS
	FORA DE TEMPORADA	30 PESSOAS
Nº MÉDIO DE PESCADORES NOS OUTROS DIAS DA SEMANA	EM TEMPORADA	35 PESSOAS
	FORA DE TEMPORADA	15 PESSOAS

Figura 20. Número médio de frequentadores nos pesqueiros

O período descrito como “em temporada” compreende os meses de setembro a maio, pois em virtude das condições climáticas são mais propícios à prática da pesca; soma-se a este, o fato de que os dias mais quentes servem de estímulo aos frequentadores saírem de suas residências e se dirigirem aos pesque-pagues. Já os meses de junho a agosto, por serem meses mais frios e secos, não são considerados bons para prática da pesca, principalmente nos dias de temperatura baixa, o que desestimula a ida aos pesqueiros. Finais de semana (sábado e domingo) são os dias mais procurados, em função de grande parte dos frequentadores trabalharem e exercerem outras atividades durante a semana.

Com relação à faixa etária dos frequentadores, a grande maioria (53%) compreende a faixa de adultos entre 20 a 50 anos, seguido por uma parcela considerável (26%) de pessoas acima de 50 anos, em geral aposentados. Crianças

e jovens que acompanham os pais somam juntas 21% dos frequentadores, como mostra a FIGURA 21.

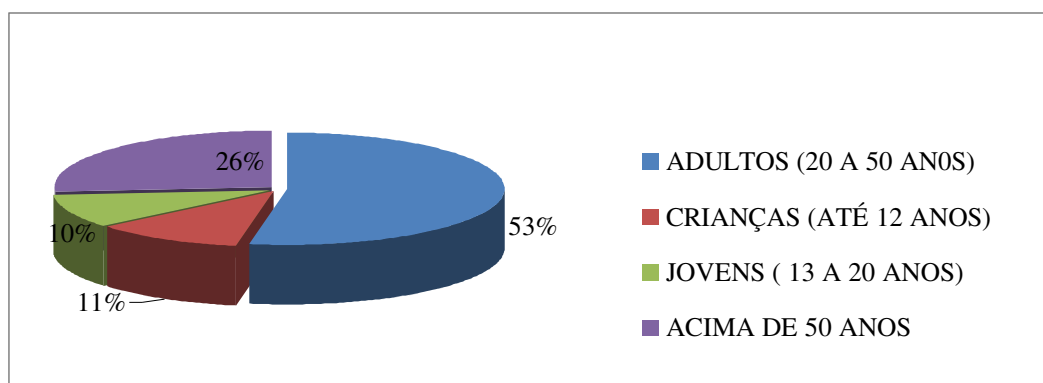


Figura 21. Faixas etárias dos freqüentadores

Quanto à distribuição por sexo (FIGURA 22), a maioria absoluta é formada por homens (72%), fato esse justificado em razão da prática da pesca estar associada a fatores que dificultam o ingresso de mulheres. Por exemplo, o transporte de equipamentos como varas, molinetes, suportes, caixas, entre outros, popularmente chamado pelos pescadores de tralhas. Há também algumas outras dificuldades que os homens consideram difícil de ser realizado pelas mulheres, tais como: o preparo das varas que requer a colocação de linha, anzol, chumbo e bóia, além do manuseio das iscas que são das mais variadas, desde vivas como minhocas e larvas, até as preparadas e prontas como massas, salsichas, iscas artificiais, queijos, etc.

Soma-se a estes fatores de ordem técnica, a cultura popular que atribui à pesca a uma atividade tipicamente exercida por homens.

As mulheres em geral, quando vão aos pesqueiros, estão acompanhando seus maridos e familiares; todavia, foi constatado que as mesmas, de maneira geral, gostam de pescar e entendem essa atividade como uma alternativa a mais de lazer.

Percentuais semelhantes a este foram encontrados em trabalhos realizados por Espíndola (2008), ao analisar o perfil socioeconômico e da percepção ambiental dos usuários de pesque-pagues na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu. Os dados revelaram uma presença muito maior de pescadores do sexo masculino (85%), já as

mulheres (15%), segundo a referida pesquisa vão aos pesque-pagues acompanhando os maridos e filhos e raramente praticam a pesca.

Em ambas as pesquisas, o percentual de mulheres aumenta em pesqueiros que apresentam melhor infraestrutura (banheiros limpos, playground, restaurante e lanchonete). Sendo assim, os pesqueiros passam a ser considerados pelos usuários, como mais uma opção de lazer e refugio ao ambiente estressante da cidade e que pode ser utilizado por toda família.

A FIGURA 22 ilustra a distribuição dos frequentadores dos pesqueiros estudados por sexo.

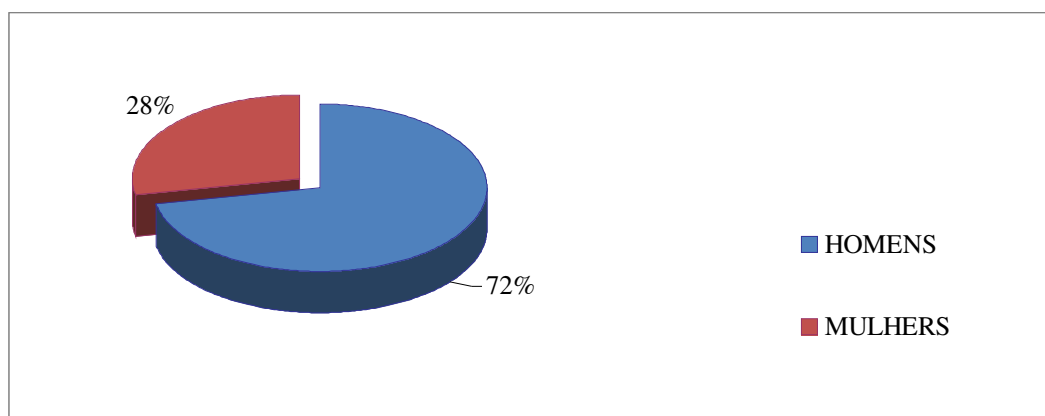


Figura 22. Distribuição dos frequentadores por sexo

Em relação à região de origem (procedência) dos frequentadores (FIGURA 23) dos pesque-pagues estudados, verificou-se um número bem menor de usuários provenientes de outras regiões, apenas 13% do total de frequentadores, e são em geral pescadores que acompanham amigos que residem próximo ao local do pesqueiro ou que se deslocam à procura de bons pesque-pagues, tendo em vista uma rede eficiente de comunicação, criada entre os pescadores e pesqueiros, o que inclui jornais, revistas e sites.

A maioria, 87% dos usuários dos pesqueiros entrevistados, é proveniente da própria região, ou seja, moradores do bairro ou de suas proximidades, conforme demonstrado na FIGURA 23.

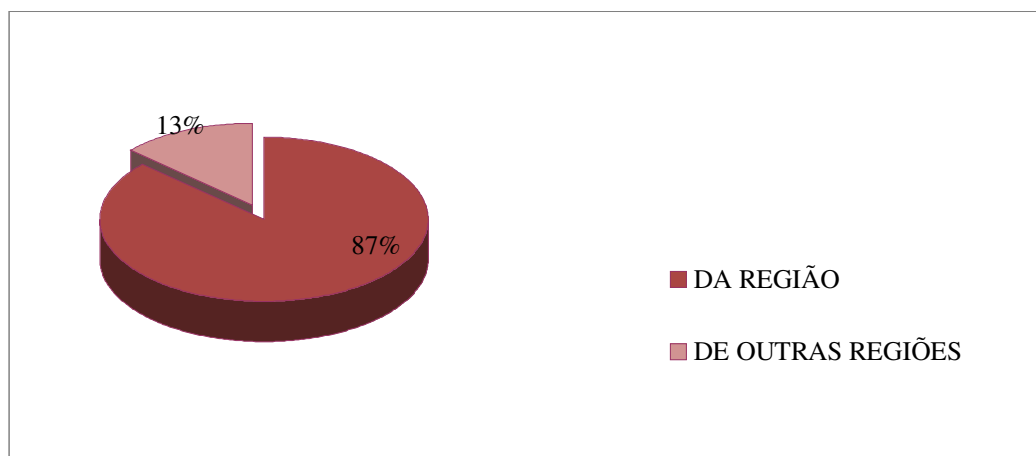


Figura 23. Origem mais comum dos frequentadores

Espíndola (2008) identificou os mesmos percentuais, 87% provenientes da região e 13% de outras regiões. Tal dado comprova a importância da localização dos pesqueiros para garantir uma maior frequência, o que se confirma por meio das declarações da maioria dos proprietários e frequentadores dos pesque-pagues, ressaltando o fácil acesso, e o fato do pesqueiro ser próximo da cidade.

Com relação ao item distribuição situação funcional, optou-se em dividir os frequentadores em três categorias distintas conforme discriminado a seguir.

- **Classe Média** - inclui profissionais liberais e autônomos, comerciantes, empresários e funcionários públicos, com renda familiar acima de dez salários mínimos;
- **Assalariados** – trabalhadores em geral, com registro em carteira ou do mercado informal, com renda familiar de até dez salários mínimos;
- **Aposentados** – parcela dos frequentadores que não mais atuam no mercado de trabalho e que recebem ou não o benefício da aposentadoria.

As três categorias foram agrupadas de acordo com o tipo de companhia preferida para os frequentadores dos pesqueiros, ou seja, os que vão sozinhos, os que preferem à companhia de amigos e os que optam pela companhia de familiares (esposas, filhos, irmãos, pais, etc.), como mostra a FIGURA 24.

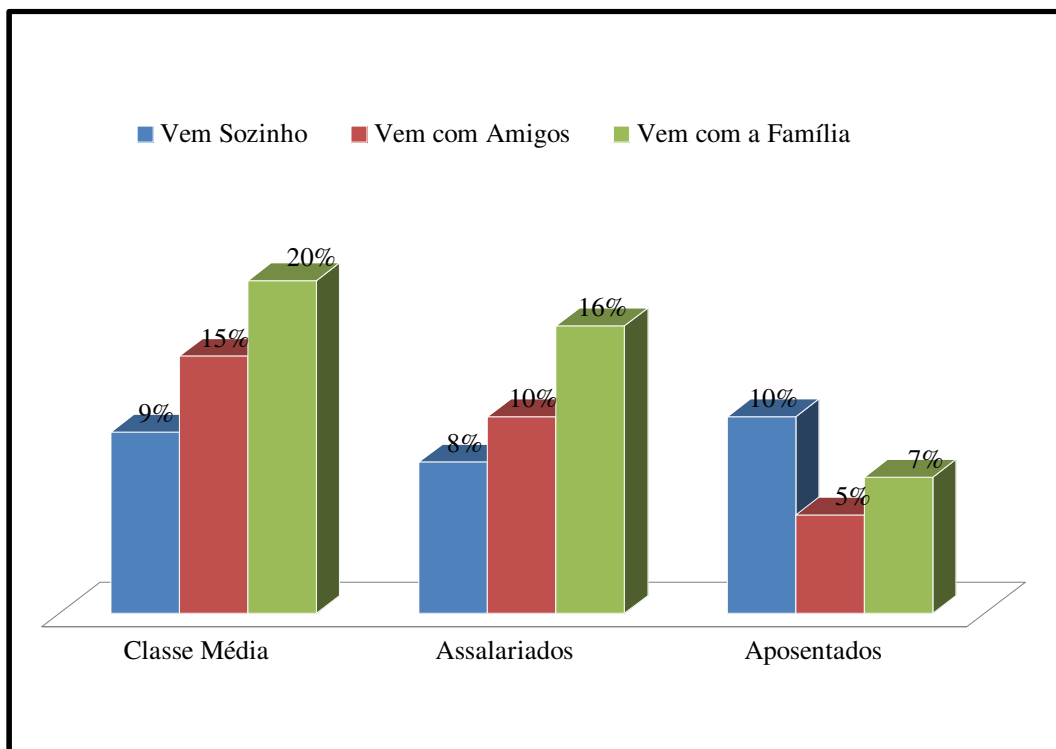


Figura 24. Distribuição dos frequentadores por situação funcional e preferência de companhia

Com relação à distribuição dos frequentadores dos pesque-pagues por classe econômica/funcional (FIGURA 24), observa-se que a maioria (44%), enquadra-se na categoria classe média, ou seja, com renda familiar acima de dez salários mínimos, o que demonstra a importância dos pesqueiros na economia local; já a categoria elencada como assalariados, totaliza 34% dos frequentadores, e por fim, a parcela de frequentadores dos pesqueiros visitados que não mais atuam no mercado de trabalho e que se enquadram na categoria dos aposentados, soma 22% do total de usuários dos pesque-pagues.

Os dados apresentados na FIGURA 24, também revelam que a maior parte dos frequentadores (43%), prefere a companhia de familiares para prática da pesca nos estabelecimentos de pesque-pagues, o que reforça a tese de que os pesqueiros podem ser considerados mais uma alternativa de lazer para toda a família que vive nos grandes centros urbanos e buscam a tranquilidade do campo.

Em segundo lugar, aparecem os frequentadores que preferem a companhia de amigos (30%), o que demonstra que a pesca se torna mais atrativa quando praticada com acompanhantes. Do total de entrevistados, apenas 27% dos usuários preferem realizar a pescaria sozinhos.

Na pesquisa realizada por Espíndola (2008), os dados referentes a este item são muito semelhantes onde 57,64% dos entrevistados preferem a companhia dos familiares contra 28,23% dos que optam pela companhia de amigos e apenas 14,11% que preferem a pesca sem acompanhante.

Quanto ao tempo médio de permanência no pesque-pague (FIGURA 25), percebe-se uma considerável variação ao longo do ano, onde a permanência é maior no período de temporada da pesca e também nos finais de semana e feriados, chegando a ficarem no pesqueiro em média de 8 horas a 12 horas em um único dia de pesca. Já no período considerado fora de temporada e outros dias da semana, a permanência é bem menor, variando entre 4 horas e 6 horas em média.

TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NOS PESQUEIROS		
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	EM TEMPORADA	10 h a 12 h
	FORA DE TEMPORADA	4 h a 6 h
OUTROS DIAS DA SEMANA	EM TEMPORADA	6 h a 8 h
	FORA DE TEMPORADA	3 h a 5 h

Figura 25. Tempo médio de permanência nos pesqueiros

O valor médio gasto por usuário nos pesque-pagues varia de acordo com a estrutura de cada estabelecimento; aqueles que oferecem serviços opcionais como restaurante, lanchonete, limpeza de peixe, iscas e loja com artigos de pesca, criam condições necessárias para que haja maiores gastos por parte dos frequentadores. Os pesqueiros que não oferecem estes serviços, ou quando oferecem, o fazem com pouca qualidade, acabam restringindo seus ganhos apenas ao valor cobrado pela venda do peixe pescado ou a taxa de entrada quando cobrada.

Com base nos dados coletados em campo, foi possível se chegar a um valor médio em real gasto nos pesqueiros por pescador, como mostra a FIGURA 26.

VALOR MÉDIO DESPENDIDO NOS PESQUEIROS POR PESCADOR		
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	EM TEMPORADA	80 REAIS
	FORA DE TEMPORADA	50 REAIS
OUTROS DIAS DA SEMANA	EM TEMPORADA	40 REAIS
	FORA DE TEMPORADA	20 REAIS

Figura 26. Valor médio despendido nos pesqueiros por pescador

Os valores gastos também apresentam uma grande variação de acordo com a época do ano (em temporada e fora de temporada) ou em relação aos dias da semana e aos feriados, e também em relação ao tempo de permanência no pesqueiro.

Em geral, a ida ao pesqueiro significa um gasto individual em torno de 30 reais, já se acompanhado de familiares este valor é de aproximadamente 100 reais.

Apesar da dificuldade encontrada para saber dos proprietários o rendimento mensal de cada estabelecimento, a coleta dos outros dados permitiu traçar um valor médio de faturamento mensal dos pesqueiros visitados.

Os pesqueiros que apresentam maior estrutura e serviços chegam a ter um faturamento mensal em torno de 40 mil reais (Pesqueiro Aquário); já os que apresentam menor estrutura têm faturamento em torno de 15 mil a 20 mil reais mensais (Pesqueiro Itaim).

Os proprietários em geral, afirmam que a atividade da pesca é a que se apresenta mais rentável, se comparado com outras atividades já desenvolvidas na propriedade como, por exemplo, a agricultura e a pecuária.

Em relação aos cuidados que os usuários tomam com vistas à conservação dos pesqueiros, nota-se que a grande maioria, de forma involuntária preocupa-se com a limpeza do local aonde esta pescando; é comum ver os usuários recolhendo o lixo produzido e despejando em recipientes de coleta, espalhados em praticamente todos os pesqueiros visitados.

Os frequentadores, em geral, evitam despejar qualquer tipo de sujeira nos lagos, e quando levado pelo vento, sempre alguém toma a iniciativa de recolher, com exceção da **ceva**, nome dado à ração lançada à água para atrair os peixes, que por sinal se lançada em grande quantidade altera a qualidade da água, como mostra pesquisa realizada por Mercante et al. (2005), que o excesso de ração (ceva) despejado em grande quantidade nos lagos provoca alterações sensíveis na qualidade da água.

Nota-se também uma enorme preocupação em relação à paisagem dos pesqueiros, tanto por parte dos proprietários como principalmente dos frequentadores. Esses usuários, de maneira geral preferem frequentar os pesquepagues que possuem vegetação nativa conservada, e onde exista a presença de animais silvestres, além de banheiros limpos, espaço organizado, lagos provenientes de nascentes e rios, entre outros fatores que garantam no pesqueiro, uma qualidade ambiental aos seus frequentadores.

7 OS PESQUEIROS COMO FORMA ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DE GERAÇÃO DE RENDA

Para entender os pesqueiros como uma forma alternativa de ocupação do espaço e de geração de renda, torna-se necessário conhecer algumas das mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas no espaço rural brasileiro, e em particular no entorno dos grandes centros urbanos como São Paulo.

A partir de meados dos anos 80 do século XX, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, o espaço rural brasileiro foi, gradualmente, se urbanizando como reflexo da industrialização da agricultura e um volume muito grande de padrões urbanos aos poucos transferidos para as áreas tradicionalmente definidas como rurais.

Essas transformações acabaram definindo as novas funções do rural, antes voltado somente para as atividades agrícolas. A busca por alternativas econômicas para o setor fez surgir uma multiplicidade de atividades como forma de complemento de renda, denominada de pluriatividade¹.

Esse conceito aparece mais fortemente na década de 1990 e alguns autores demonstram a necessidade de estudos mais aprofundados sobre essa temática.

Chamam atenção para uma leitura, para além da visão de uma atividade complementar de renda, mas também para o caráter exploratório sobre as famílias locais, enfocando ainda que, apesar da pluriatividade possuir um caráter multiplicador sobre as atividades existentes, a agricultura não deixará de existir.

Desse ponto de vista, o meio rural deixou claramente de ser sinônimo de agrícola, e passou a ser o espaço das múltiplas atividades que até então eram típicas do espaço urbano.

¹ Pluriactivité ou pluriactivity (pluriatividade) - “[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis” (Fuller e Brun, 1988, p. 150).

Essas múltiplas atividades foram acompanhadas pelo aparecimento das atividades não-agrícolas, como as atividades ligadas à proteção do meio ambiente, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento daqueles que pretendem residir temporária ou permanentemente no campo.

Essa transformação no espaço rural brasileiro abre portas para novas atividades, em particular a da pesca esportiva, praticada nos inúmeros pesqueiros espalhados no entorno da cidade de São Paulo, como pode ser constatado nessa pesquisa.

É nesse contexto que os pesque-pagues contribuem para a evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, configurando o denominado novo rural, composto por novos atores, novas relações e novos comportamentos. Alguns casos tornam-se alternativas de melhoria de renda das famílias que persistiram no campo, acreditando que o recurso às atividades não-agrícolas é uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionantes da unidade produtiva agrícola.

Desta maneira, os pesqueiros expressam, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua sobrevivência.

Contudo, o desenvolvimento de pesqueiros ressalta-se como forma alternativa de ocupação do espaço, sem alterar de maneira significativa, a paisagem geográfica.

Uma das propostas aqui apresentada, é que os pesqueiros podem ser visto como alternativa também para recuperação de áreas degradadas, ou por atividades tipicamente agrícolas, ou de extração mineral.

Com relação às áreas que sofreram modificações em sua paisagem natural, decorrentes das atividades agrícolas, que exigem a retirada da cobertura vegetal, deixando o solo exposto à ação dos agentes modificadores do relevo, em especial da água das chuvas e dos ventos, à medida que aceleram o processo erosivo.

Ao contrário, a criação de pesqueiros, exige a preservação e a recuperação em alguns casos, da cobertura vegetativa, como já foi apresentado na FIGURA 17 (p. 54), dos pesqueiros estudados, 72% possuem vegetação nativa conservada, e 20% adotam o reflorestamento com espécies nativas, como alternativa de recuperação das áreas devastadas.

Conservar a cobertura vegetal dos pesqueiros é uma necessidade constatada, não só por uma questão paisagística, que é muito valorizada pelos frequentadores, mas principalmente, para garantir as fontes de abastecimento de água nos lagos em que se praticam a pesca, além de propiciar a conservação do meio biótico.

A FIGURA 27 ilustra a presença e conservação da vegetação em um dos pesqueiros estudados.



Figura 27. Vegetação no entorno do lago do Pesqueiro do Pastor
Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

A utilização da refuncionalização de áreas que sofreram profundas modificações em sua paisagem natural, é uma das recomendações propostas, resultante desta pesquisa.

Nas áreas de extração de minérios como, por exemplo, cavas resultantes da retirada de areia, ou pedreiras desativadas, já existem exemplos bem sucedidos da utilização dessas áreas para criação de pesqueiros e de tanques para criação de peixes.

Um desses exemplos acontece no município de Tremembé, SP, região do Vale do Rio Paraíba do Sul, materializado pelo Pesqueiro Tata Vargas, que ocupa

duas cavas resultantes da mineração (cada uma com cerca de 1,8 mil metros quadrados).

Seu proprietário, Renato Vargas, que extraiu areia por quatro anos da propriedade, de 145,2 mil metros quadrados, às margens da Rodovia Pedro Celeste, no Bairro do Aterrado, município de Tremembé, SP, inicialmente, povoou os lagos com peixes da espécie tilápias.

No ano de 2006, passou a cobrar cinco reais (R\$ 5,00), de quem quisesse pescar nos lagos, que costumavam ser invadidos. A demanda o forçou a criar infraestrutura para receber os pescadores (lanchonete, banheiros) e a ampliar o projeto.

O proprietário então, decidiu manter um PESQUE-PAGUE em um dos lagos e alugar trechos às margens do outro, de 10 metros cada um. Os locatários pagam um aluguel de R\$ 60,00 mensais e podem erguer em seus pontos pequenos ceveiros, ou seja, cômodos semelhantes a palafitas, para guardar material de pesca e até dormir.

A FIGURA 28 ilustra o exemplo do Pesqueiro Tata Vargas que utilizou área de retirada de minério para criação de um PESQUE-PAGUE.



Figura 28. Cava resultante da mineração, transformada em pesqueiro no Município de Tremembé, SP.

Autor: OLIVEIRA, R. F. (2009)

Outros exemplos de utilização dessas áreas, na região da bacia do rio Paraíba do Sul, servem de inspiração para criação de projetos que visam a refuncionalização das áreas degradadas pela extração de minério.

Diversas cavas de areia antigas da região têm sido utilizadas para criação de peixes em “tanques rede”. O principal e mais conhecido projeto desse tipo no Vale do Paraíba é o da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, em Jacareí, que foi implantado em 1999, em antigas áreas de mineração.

A intenção do projeto é a recuperação de áreas de mineração por meio da utilização de cavas de areia abandonadas, para reprodução artificial de espécies de peixes nativos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, além de outras espécies adaptadas à região Sudeste. Outros exemplos desse tipo de atividade na região são: Porto de Areia “Paraíso”; Porto de Areia “Moscoso”; e o Porto de Areia “Aquareia”, todos localizados no Município de Tremembé, SP.

Também no Município de Tremembé, SP, outros locais para pesca esportiva podem ser encontrados nas áreas de antigos portos de areia, como por exemplo: Porto de Areia Jaguarí e Porto de Areia Novareia “área I”, entre outros. Tais áreas são utilizadas com esta destinação, há pelo menos 8 anos, e continuam em plena atividade.

Apesar de não ter sido concebida para esse fim, pois fora resultado de degradação e abandono da área, a antiga cava do “Porto de Areia Boa Sorte”, no município de Caçapava, SP, que atualmente encontra-se interligada ao Rio Paraíba do Sul, vem sendo bastante procurada para pesca esportiva, pois segundo frequentadores, o local serve como “berçário” para diversas espécies de peixe.

Como se deduz, experiências bem sucedidas como essas, podem servir de modelo na refuncionalização de áreas degradadas no entorno dos grandes centros urbanos, e em especial na cidade de São Paulo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São Paulo, apesar de ter sofrido intensa transformação no uso e ocupação do solo, decorrente do acelerado processo de urbanização e da falta de planejamento, ainda possui áreas com fragmentos de floresta nativa, concentradas principalmente em sua zona rural. Essas áreas são de fundamental importância para se garantir uma melhor qualidade de vida aos habitantes da cidade, além de conservar o solo e permitir a reprodução do meio biótico.

É nessa perspectiva que esse estudo analisou o papel dos pesqueiros no cotidiano da cidade de São Paulo, atingindo assim, os objetivos propostos, uma vez que os dados coletados em campo, subsidiaram na caracterização dos pesqueiros, permitindo compará-los com outras atividades típicas do meio rural e que são desenvolvidas no mesmo espaço geográfico, como por exemplo, a agricultura e a pecuária. Estas por sua vez, provocam impactos que são considerados negativos para conservação da paisagem natural remanescente, uma vez que, ao contrário dos pesqueiros, necessitam que a cobertura vegetal seja retirada ou substituída para que possam ser desenvolvidas.

De maneira geral, os pesqueiros visitados possuem áreas de resíduos de florestas conservadas, ou de reflorestamento, uma vez que o “verde” constitui a paisagem ideal para o lugar, e traz a garantia de sucesso ao empreendimento. Além disso, nota-se também, uma consciência ambiental, tanto dos proprietários como dos frequentadores que apreciam e conservam essa paisagem.

A pesquisa também salienta que a refuncionalização de espaços públicos e privados, por meio da criação de pesqueiros, representa uma alternativa para a recuperação de áreas degradadas, e para conservação de áreas verdes remanescentes, já que o investimento e infraestrutura necessários são relativamente baixos, se comparados com outros empreendimentos.

Alguns dos pesqueiros estudados são exemplos bem sucedidos de refuncionalização do espaço geográfico, pois foram criados em sítios e chácaras de antigas famílias de agricultores, que não mais aproveitavam a terra de maneira rentável, já que as atividades tradicionais, como a produção agrícola e pecuária, que

eram desenvolvidas nessas propriedades, deixaram de ser realizadas, em função da ausência de políticas públicas dirigidas ao setor.

Com isso, esses espaços produtivos se tornaram ociosos; todavia, seus proprietários ou arrendatários, viram na atividade da pesca esportiva, uma nova alternativa de uso à propriedade, garantindo assim a refuncionalização do espaço, com a criação de pesqueiros, além de garantir o sustento de suas famílias.

Outro aspecto de grande relevância e que merece atenção, é que, em algumas propriedades estudadas, as atividades tradicionais ligadas ao campo não foram abandonadas ou substituídas com a criação do pesqueiro, esse é que por sua vez se torna mais uma alternativa de renda para a propriedade, caracterizando assim a pluriatividade.

Deve-se destacar, que a falta de políticas agrárias no segmento familiar frente ao setor agropecuário modernizado, produtivista e especializado, constitui elemento desfavorável ao desenvolvimento da pluriatividade, visto que os agricultores deveriam ser incentivados a desenvolverem novas formas de produção, que sirvam de alternativas ao modelo tradicional.

Os dados levantados em campo também forneceram informações importantes para se traçar um perfil socioeconômico de seus frequentadores, que em sua maioria são de homens que residem na cidade e preferem frequentar os pesqueiros próximos de suas residências, preferencialmente, na companhia de amigos. Entretanto, existe um aumento crescente de famílias, que nos finais de semana, buscam tranquilidade e lazer nos pesqueiros, fato esse, que caracteriza a pesca esportiva como uma atividade que atrai diferentes públicos, e pode ser praticada por toda a família.

As entrevistas evidenciaram também, uma consciência ambiental bastante desenvolvida, por parte de seus frequentadores, que procuram manter o ambiente limpo, respeitam a natureza e preferem frequentar pesqueiros que conservam sua paisagem “natural” ou que adotam medidas mitigadoras de impactos ao meio ambiente.

Contudo, a pesquisa revela que apesar da existência de uma legislação ampla e específica, poucos são os pesqueiros que funcionam de maneira regulamentada, seguindo as especificidades da lei em vigor, seja por falta de orientação técnica, ou em razão da burocracia existente; tal fato dificulta muito a

regularização dos pescueiros, questão essa levantada por todos os proprietários entrevistados.

Por fim, deve ser ressaltado que as políticas de desenvolvimento rural devem ser voltadas ao âmbito do ordenamento do território, da conservação da paisagem e da identidade cultural, da defesa dos solos contra a degradação agropecuária e contra a expansão urbana desordenada. Num contexto em que grande parte da população reside nas áreas urbanas, o campo passa a ser um espaço de evasão, de redescoberta do mundo agrícola e rural e da busca pela natureza, quando os pescueiros passam a ser considerados uma alternativa viável.

Sendo assim, é de fundamental importância a conservação de um patrimônio cultural rural, pois a maioria das populações urbanas não possui mais um contato direto com esse espaço onde a natureza se destaca. Para tanto, projetos devem ser desenvolvidos pelo poder público garantindo assim, que essas áreas não sejam apropriadas pelo capital urbano, mas que possam manter a identidade dos territórios rurais e a melhoria da qualidade de vida da população urbana.

ANEXOS

ANEXO 1

Índice cronológico dos principais diplomas legais correlatos à atividade aquícola e pesca esportiva:

- - Lei Estadual (SP) nº. 11.165, de 27 de junho de 2002 (Código de Aquicultura e Pesca do Estado de São Paulo)
- - Resolução do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) nº. 08, de 06 de dezembro de 2001 (estabelece a outorga e a cobrança da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)
- - Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 11 de abril de 2001 que regulamenta o Decreto nº 2.869 de 09 de dezembro de 1998. (regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências)
- - Instrução Normativa nº 05, de 18 Janeiro 2001 (regulamenta a autorização, permissão ou registro de atividades pesqueiras, incluída a aquicultura)
- - Lei 9.984, de 17 de julho de 2000 (cria a Agência Nacional de Águas - ANA, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos)
- - Decreto nº 2.869, de 09 de dezembro de 1998 (regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências)
- Portaria nº 145/98, de 29 de outubro de 1998 (estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrofilas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 136, de 14 de outubro de 1998 (estabelecer normas para registro de Aquicultor e Pesque-pague no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)
- - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente)
- - Decreto nº 2.612, de 03 de junho de 1998 (regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos)

- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (estabelece revisão de procedimentos e critérios utilizados em licenciamento ambiental)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 113, de 25 de novembro de 1997 (institui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais)
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 1.747, de 22 de outubro de 1996 (delega competência aos superintendentes estaduais do IBAMA para o estabelecimento de portarias normativas sobre coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais)
- - Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996 (cria a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 142, de 22 de dezembro de 1994 (proíbe a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas de espécies de peixes, nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 091, de 03 de julho de 1993 (cria a Comissão de Licenciamento Ambiental para os projetos de salmônica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira)
- - Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 (institui a Política Estadual de Recursos Hídricos)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 013, de 06 de dezembro de 1990 - (estabelece normas proteção dos ecossistemas contíguos às Unidades de Conservação)
- - Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 - (estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro)
- - Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 - (dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e dá outras providências)

- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 020, de 18 de junho de 1986 - (estabelece classificação das águas doces, salobras e salinas)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 011, de 18 de março de 1986 - (altera artigo da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001, de 23 de janeiro de 1986 - (estabelece diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental)
- Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 004, de 18 de setembro de 1985 - (estabelece normas de proteção à fauna aquática, para empresas construtoras de barragens em todo território nacional)
- - Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 - (Política Nacional do Meio Ambiente);
- - Portaria da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) nº 001, de 04 de janeiro de 1977 - (As barragens que implicarem na alteração de cursos d'água serão construídas com a observância das medidas de proteção à fauna indicadas pela SUDEPE)
- - Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 - (Código de Pesca que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e, dá outras providências)
- - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - (Institui o Código Florestal)
- - Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - (Código de Águas)

ANEXO 2

Modelo de questionário aplicado nos Pesque-Pagues

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Pós-Graduação – Stricto Sensu
Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia PUC/SP.
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO – Proprietário

1. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

A) NOME DO PESQUEIRO:

B) LOCALIZAÇÃO:

END.:

MUNICÍPIO: _____ REGIÃO ADMINISTRATIVA: _____

ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE: _____

D) NÚMERO DE LAGOS PARA PRÁTICA DA PESCA: _____

E) FONTE DE ÁGUA:

() NASCENTE () RIO () POÇO () AÇUDE () OUTROS: _____

F) TIPO DE SISTEMA EMPREGADO:

() PAGUE-PESQUE () PESQUE – PAGUE () PESCA ESPORTIVA

G) DIAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

H) SERVIÇOS QUE OFERECE, ALÉM DA PESCA:

() Hotelaria () Camping () Restaurante () Lanchonete () Trilhas () Cavalos () Serviço de beira de lago

() Play Ground () Instrutores () Loja de pesca () Limpeza do peixe

() outros: _____

I) INFORMAÇÕES RELACIONADAS À CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL:

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Pós-Graduação – Stricto Sensu
Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia PUC/SP.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO-Usuários

2) INFORMAÇÕES SOBRE OS FREQUENTADORES DO PESQUEIRO:

A) N°. Médio de Pescadores Fim de Semana e Feriados:

Temporada _____ / _____ Fora da temporada _____ / _____

B) N°. Médio de Pescadores Durante a Semana:

Temporada _____ / _____ Fora da temporada _____ / _____

C) Distribuição Média por Idade/Sexo:

Adultos (20-50): homens _____ % Mulheres _____ %

Crianças (até 12 anos) _____ % Jovens (13-20 anos) _____ %

Terceira idade (acima de 50 anos) _____ % famílias _____ %

D) Origem mais comum do Freqüentador:

Da região _____ % De outras regiões _____ %

E) Perfil Médio dos Freqüentadores do Pesqueiro:

() Classe alta e vem sozinho; () Classe alta e vem com amigos () Classe alta e vem com a família;

() Classe média e vem sozinho; () Classe média e vem com amigos; () Classe média e vem com a família; () Assalariado e vem sozinho; () Assalariado e vem com amigos; () Assalariado e vem com a família; () Aposentados; () outros

F) Tempo Médio de Permanência:

Temporada _____ Fora temporada _____ Fim de semana/feriados _____
 Durante a semana _____

G) Valor médio despendido no pesqueiro/pescador:

Temporada _____ Fora temporada _____

Fim de semana/feriados _____ Durante a semana _____

H) Quais os cuidados que tomam com o pesqueiro com vistas à sua conservação:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAPPEAQ - Associação Brasileira dos Piscicultores e Pesqueiros. Disponível em <<http://www.abrappesq.com.br/>>. Acesso em: 14 Abr. 2009.

BAHIA SCHLEE, Mônica; DE ANDRADE, Rubens; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina (orgs). Águas urbanas. Uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2007.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física global: um esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra. N.13. São Paulo: IGUSP, 1972.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm >. Acesso em 05/01/2008.

BRUNET, Roger. Le développement des territoires: formes, lois, aménagement. Paris: La Tour D'Aigues, 2004.

_____. Le déchiffrement du monde. Théorie et pratique de la géographie. Paris: Belin, 2001.

BURSZTYN, Marcel (org). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. São Paulo: Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE MASI, Domenico. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC, 2000.

DOLLFUS, Olivier. O espaço geográfico. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. L'espace géographique. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1970.

ESPINDOLA, E. A. Os pesque-pagues da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu : Uma análise do perfil socioeconômico e da percepção ambiental de seus usuários. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

FLORES, Murilo; MACEDO, Manoel Moacir Costa. Políticas para o novo mundo rural brasileiro. In: Silva, José Graziano da; Campanhola, Clayton (org). O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas. Vol.3. Jaguariúna: Embrapa, 2000.

FULLER, A. M. & BRUN, A. "Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe", in Rural Change in Europe, Arkleton Research, second review meeting, Waldkirchen, 18-21 set., pp. 147-167, 1988.

GEORGE, Pierre. Geografia Rural. São Paulo: Difel, 1982.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estatística da Pesca 2007. Disponível em < <http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/documentos/estatistica/>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Ed Anthropos, 1974.

MANTERO, Juan Carlos. Turismo e lazer. In: SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC, 2000.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Pesca Amadora. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-amadora>>. Acesso em: 09 Abr. 2009.

MERCANTE, C.T.J.; COSTA, S.V.; SILVA, D.; CABIANCA, M.A.; ESTEVES, K.E. Qualidade da água em pesque-pague da região metropolitana de São Paulo (Brasil): avaliação através de fatores abióticos (período seco e chuvoso). Maringá: Acta Scientiarum, 2005.

MESSIAS, F. F. & SUZUKI, J. C. A viabilidade dos pesque-pagues na Região Metropolitana de São Paulo, UNESP, 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Questão Ambiental Urbana. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 1993.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1995.

ROLNIK, Raquel, A Cidade e a Lei. Studio Nobel, FAPESP, 1995.

ROLNIK, Raquel, O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHIAVETTI, A. Camargo, A. F. M. (orgs.). Conceitos de Bacias Hidrográficas: teorias e aplicações. Ilhéus: Editus, 2002.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Instituto da Pesca. Disponível em <<http://www.pesca.sp.gov.br/default.php>>. Acesso em: 10 Abr. 2009.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TÂNGARI, Vera Regina, SCHLEE, Mônica Bahia, ANDRADE, V. Rubens de, DIAS, Maria Ângela. As Águas Urbanas – Carta do Rio de Janeiro: Lições do I Seminário sobre Regeneração Ambiental das Cidades. São Paulo: ENEPEA, 2006.

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua Investigação. Revista Espaço e Cultura. nº. 2. Rio de Janeiro: Deptº de Geografia da UERJ, 1997.

VALE, A. Definido o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. Disponível em: <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/eixo3/E3_017.htm>. Acesso em 28/10/2008.

VENTURIERI, R. Pesque-Pague no Estado de São Paulo. São Paulo: Eco-Associação para estudos do ambiente, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1

Índice cronológico dos principais diplomas legais correlatos à atividade aquícola e pesca esportiva:

- - Lei Estadual (SP) nº. 11.165, de 27 de junho de 2002 (Código de Aquicultura e Pesca do Estado de São Paulo)
- - Resolução do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) nº. 08, de 06 de dezembro de 2001 (estabelece a outorga e a cobrança da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)
- - Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 11 de abril de 2001 que regulamenta o Decreto nº 2.869 de 09 de dezembro de 1998. (regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências)
- - Instrução Normativa nº 05, de 18 Janeiro 2001 (regulamenta a autorização, permissão ou registro de atividades pesqueiras, incluída a aquicultura)
- - Lei 9.984, de 17 de julho de 2000 (cria a Agência Nacional de Águas - ANA, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos)
- - Decreto nº 2.869, de 09 de dezembro de 1998 (regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências)
- Portaria nº 145/98, de 29 de outubro de 1998 (estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrofilas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 136, de 14 de outubro de 1998 (estabelecer normas para registro de Aquicultor e Pesque-pague no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)
- - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente)
- - Decreto nº 2.612, de 03 de junho de 1998 (regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos)

- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (estabelece revisão de procedimentos e critérios utilizados em licenciamento ambiental)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 113, de 25 de novembro de 1997 (institui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais)
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 1.747, de 22 de outubro de 1996 (delega competência aos superintendentes estaduais do IBAMA para o estabelecimento de portarias normativas sobre coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais)
- - Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996 (cria a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 142, de 22 de dezembro de 1994 (proíbe a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas de espécies de peixes, nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai)
- - Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 091, de 03 de julho de 1993 (cria a Comissão de Licenciamento Ambiental para os projetos de salmônica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira)
- - Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 (institui a Política Estadual de Recursos Hídricos)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 013, de 06 de dezembro de 1990 - (estabelece normas proteção dos ecossistemas contíguos às Unidades de Conservação)
- - Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 - (estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro)
- - Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 - (dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e dá outras providências)

- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 020, de 18 de junho de 1986 - (estabelece classificação das águas doces, salobras e salinas)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 011, de 18 de março de 1986 - (altera artigo da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986)
- - Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001, de 23 de janeiro de 1986 - (estabelece diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental)
- Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 004, de 18 de setembro de 1985 - (estabelece normas de proteção à fauna aquática, para empresas construtoras de barragens em todo território nacional)
- - Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 - (Política Nacional do Meio Ambiente);
- - Portaria da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) nº 001, de 04 de janeiro de 1977 - (As barragens que implicarem na alteração de cursos d'água serão construídas com a observância das medidas de proteção à fauna indicadas pela SUDEPE)
- - Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 - (Código de Pesca que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e, dá outras providências)
- - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - (Institui o Código Florestal)
- - Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - (Código de Águas)

ANEXO 2

Modelo de questionário aplicado nos Pesque-Pagues

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Pós-Graduação – Stricto Sensu

Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia PUC/SP.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO – Proprietário

1. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

A) NOME DO PESQUEIRO:

B) LOCALIZAÇÃO:

END.:

MUNICÍPIO: _____ REGIÃO ADMINISTRATIVA: _____

ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE: _____

D) NÚMERO DE LAGOS PARA PRÁTICA DA PESCA: _____

E) FONTE DE ÁGUA:

() NASCENTE () RIO () POÇO () AÇUDE () OUTROS: _____

F) TIPO DE SISTEMA EMPREGADO:

() PAGUE-PESQUE () PESQUE – PAGUE () PESCA ESPORTIVA

G) DIAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

H) SERVIÇOS QUE OFERECE, ALÉM DA PESCA:

() Hotelaria () Camping () Restaurante () Lanchonete () Trilhas () Cavalos () Serviço de beira de lago

() Play Ground () Instrutores () Loja de pesca () Limpeza do peixe

() outros: _____

I) INFORMAÇÕES RELACIONADAS À CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL:

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Pós-Graduação – Stricto Sensu

Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia PUC/SP.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO-Usuários

2) INFORMAÇÕES SOBRE OS FREQUENTADORES DO PESQUEIRO:

A) N°. Médio de Pescadores Fim de Semana e Feriados:

Temporada _____ / _____ Fora da temporada _____ / _____

B) N°. Médio de Pescadores Durante a Semana:

Temporada _____ / _____ Fora da temporada _____ / _____

C) Distribuição Média por Idade/Sexo:

Adultos (20-50): homens _____ % Mulheres _____ %

Crianças (até 12 anos) _____ % Jovens (13-20 anos) _____ %

Terceira idade (acima de 50 anos) _____ % famílias _____ %

D) Origem mais comum do Freqüentador:

Da região _____ % De outras regiões _____ %

E) Perfil Médio dos Freqüentadores do Pesqueiro:

() Classe alta e vem sozinho; () Classe alta e vem com amigos () Classe alta e vem com a família;

() Classe média e vem sozinho; () Classe média e vem com amigos; () Classe média e vem com a família; () Assalariado e vem sozinho; () Assalariado e vem com amigos; () Assalariado e vem com a família; () Aposentados; () outros

F) Tempo Médio de Permanência:

Temporada _____ Fora temporada _____ Fim de semana/feriados _____
Durante a semana _____

G) Valor médio despendido no pesqueiro/pescador:

Temporada _____ Fora temporada _____

Fim de semana/feriados _____ Durante a semana _____

H) Quais os cuidados que tomam com o pesqueiro com vistas à sua conservação:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)